

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

### Salão Nobre de Melgaço

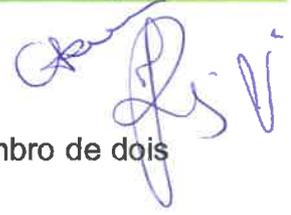
Sessão Ordinária nº 17  
de 14 - 12 - 2024

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	<b>P</b>
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	<b>P</b>
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	<b>P</b>

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	<b>P</b>	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	<b>P</b>
Manuel Luís Domingues Gonçalves	<b>P</b>	José Carlos Gonçalves	<b>P</b>
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	<b>P</b>	David Manuel Barbeitos	<b>P</b>
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	<b>P</b>	José Augusto Bravo <u>b)</u>	<b>P</b>
Vítor Jorge Castro Rodrigues	<b>P</b>	Agostinho Alves	<b>P</b>
Maria José Rodrigues Dias	<b>P</b>	Amado Dias	<b>P</b>
António Manuel Domingues	<b>P</b>	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	<b>P</b>
Manuel José Cardoso Rodrigues	<b>P</b>	José da Ascensão Afonso	<b>P</b>
Maria Dores Vaz Fernandes a)	<b>P</b>	Alfredo Domingues	<b>P</b>
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	<b>P</b>	Elisabete de Lurdes Domingues c)	<b>P</b>
Tiago José Baleixo Lourenço	<b>P</b>	Ricardo Jorge Alves	<b>P</b>
Maria Aurora Soares Alves	<b>P</b>	Maximiano José Calheiros Gonçalves	<b>P</b>
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	<b>F</b>	Manuel Fernando Teixeira Pereira	<b>P</b>
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	<b>P</b>		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	<b>P</b>		
Manuel António Almeida	<b>P</b>		
Francisco José da Cunha e S. R. Lima	<b>F</b>		
Ariana A. Rodrigues Fernandes	<b>P</b>		

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- b) Substitui Joaquim Silva
- c) Substitui Amadeu Esteves



Quando eram dez horas e cinco minutos, do dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à sessão.

Após a verificação dos Deputados e Presidentes de Junta presentes, a Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da última reunião, de 28 de setembro de 2024. Não se verificando nenhuma intervenção sobre a mesma, foi posta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com quatro abstenções por não estarem presentes na reunião.

<b>Assunto n.º1</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia abriu o período antes da ordem do dia, tendo solicitado o uso da palavra os deputados Municipais: Paulo Cerdeira, Vítor Rodrigues, Aurora Soares, Manuel Rodrigues, José Albano Domingues e Maximiano Gonçalves.

Dada a palavra ao Deputado Municipal Paulo Cerdeira, começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e toda a sua equipa, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara e sua equipa, os Senhores Vereadores e Deputados da Assembleia. Em seguida, falou de dois eventos recentes, que foram desenvolvidos no concelho: A noite dos Medos e a Festa do Espumante.

A Noite dos Medos, referiu, é um evento que se tem vindo a afirmar. Este ano com condições climatéricas excecionais, possivelmente foi o melhor de sempre. Um evento, segundo o Deputado, com potencial, que está a crescer e que se recomenda. Deixou registado o agrado com a nova dinâmica introduzida, com os principais bares de Melgaço a marcarem presença dentro das muralhas, contribuindo para um ambiente de festa e boa disposição.

Relativamente à Festa do Espumante, começou por deixar um agradecimento ao Senhor Presidente do Município, por ter tido a ousadia de criar um evento de renome, de notoriedade e de excelência para o território, e, que o seu nome, ficará para sempre ligado a esse evento. Não é uma despedida, mas, como melgacense que sente o território, e, como produtor, quis deixar o seu testemunho.

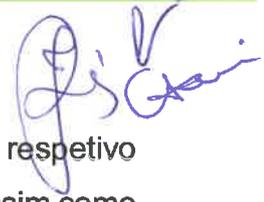
Na Festa deste ano registou diversas melhorias, e como exemplo falou no som. Em anos anteriores havia críticas, mas este ano, em seu entender, esteve perfeito.



Referiu ainda que, apesar do contratempo de sábado à noite (fortes ventos) em que foi necessário decidir pela segurança, todos entendem o grau de dificuldade dessas decisões, pelo que elas envolvem e pela responsabilidade que acarretam. Deve prevalecer o bom senso e foi esse o critério da decisão: a segurança em primeiro lugar. Terminou a sua intervenção dizendo que foi uma grande Festa do Espumante, um evento que se foi construindo ao longo da última década, sendo hoje, uma referência nacional.

Usou da palavra o senhor deputado Vítor Rodrigues, cumprimentando todos os presentes. A sua intervenção prendeu-se com aspetos que ele considera muito positivos. O facto do esforço da Câmara Municipal na época natalícia, que tem tudo a ver com o que se faz para que Melgaço ganhe um novo dinamismo e que possa atrair pessoas de todas as regiões. Por vezes vê-se nas notícias que se fala de grandes cidades como Porto, Braga, Aveiro e outras regiões e, em Melgaço, encontram-se coisas lindíssimas que merecem destaque como é o caso da iluminação de Natal. É um esforço imenso a nível financeiro, mas deixa a vila e freguesias com um destaque fora de série: Paderne, com a iluminação das Termas do Peso, na Gave, no Coto Mágico são exemplos de iniciativas que atraem muitas pessoas. Também a programação de Natal tem muitas atividades a decorrer ou já realizadas. São exemplos: a Gala do Melgaço em Patins, Peças de Teatro, Contos de Natal, o Encontro de Coros, a Parada de Natal, A Alumiada a São Tomé, a descida do Pai Natal no Rafting, o Pai Natal no Largo Hermenegildo Solheiro. Esta variedade de atividades, para jovens e menos jovens, alocadas a este momento natalício, merecem a visita e a presença dos de cá e dos que vêm de fora. O senhor deputado deixou para o fim da sua intervenção a divulgação da Feira do Mel, em Paderne, que é uma tradição que esteve muitos anos esquecida, por vários motivos. Está aberta, sendo um marco de dinamismo que se está a tentar empreender na freguesia, depois de um período de grandes dificuldades, às vezes causadas por erros próprios. À volta do mel, junta-se a música, gastronomia, os vinhos, doçarias, iguarias. O deputado Padernense, terminou a sua intervenção dizendo que haverá a alegria, o convívio, e Paderne, como sempre está de braços abertos para receber quem os visita.

Tendo sido solicitado pela deputada Aurora Soares o uso da palavra principiou o mesmo por apresentar cumprimentos à senhora Presidente da Assembleia, bem

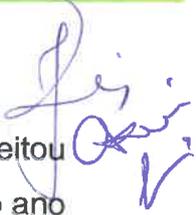


como aos restantes membros da mesa, ao senhor Presidente da Câmara e respetivo Executivo, aos senhores Vereadores, aos colegas Deputados municipais, assim como público presente na sala. A senhora deputada iniciou dizendo que discordava do que havia sido dito, em certos aspetos, relativamente à programação de Natal, pelo deputado Vítor Rodrigues. São de louvar as ações levadas a cabo por algumas freguesias, que embora ainda não tenha tido oportunidade de visitar, mas que viu através de fotografias, são benéficas. No entanto, quanto à programação do Município, propriamente dita, deixa muito a desejar. Uma programação pobre, sem qualquer atividade inovadora ou diferenciadora que desperte nos melgacenses o espírito natalício ou atraia visitantes ao concelho, ao contrário das programações de outros municípios do distrito, que atraem inúmeros visitantes. Disse ainda que, apesar de não serem a favor de se copiar o que se faz noutros municípios, gostariam de algo que se diferenciasse dos outros. A bancada do PSD esperava mais esforço por parte do Município relativamente a essa Programação de Natal. E, embora saibam que a situação financeira do Município não permite grandes investimentos, mas com um bocadinho de esforço, imaginação e aproveitamento dos recursos naturais da terra e melhor gestão dos recursos financeiros, conseguir-se-ia fazer mais e melhor. Bastava, na sua opinião, retirar aquilo que é supérfluo noutras festas e canalizar para a altura do Natal, porque, como referiu anteriormente, nada tem a apontar quanto à iluminação de Natal, a vila está bonita, mas foi pena que até nas próprias fotografias que o Município publicou no dia seis de dezembro, na inauguração da referida Iluminação, mostravam o estado de tristeza em que Melgaço se encontra, apenas ruas desertas, sem pessoas a circular, o que a fez reportar até ao ano de 2017, quando a Coligação Prá Frente Melgaço publicou um vídeo sobre a falta de pessoas a circular na rua, e foi criticada por isso. Era preciso alguma coisa que atraísse pessoas à vila, com compras e a movimentarem-se nas ruas. Quanto à Programação propriamente dita, o Município limitou-se a associar a iniciativas levadas a cabo por outras coletividades, como é o caso da Gala de Natal do Melgaço em Patins, a Alumiada a São Tomé, a descida do Pai Natal no Rafting, sendo que, para além disso apenas realizou atividades direcionadas para as crianças, não havendo qualquer iniciativa capaz de trazer visitantes ao concelho. Mesmo a campanha levada a cabo pelo Município “Compre no Comércio Local e Ganhe Prémios”, os prémios que o município oferece são um incentivo que não incentiva ninguém a comprar no comércio local, sendo irrisório: por

cada 25€ oferecem um bilhete no cinema na Casa da Cultura para uma criança, para adulto, uma experiência no spa, uma entrada gratuita nas piscinas municipais, uma entrada nos espaços museológico do concelho. Na opinião da senhora deputada, não é isso que cativa as pessoas a comprarem no comércio local, o incentivo devia ser melhor, monetário ou uma caixa de alvarinho, possivelmente funcionavam melhor do que os incentivos falados anteriormente. Além de tudo isso, e para agravar a situação, o procedimento para o levantamento do benefício, exige que as pessoas se desloquem ao gabinete do investidor, apresentar o talão de compra para depois ser objeto de sorteio, quando a maioria das pessoas em Melgaço, nem sabe sequer onde se situa o dito gabinete. A senhora deputada entende que, se querem chamar gente para o Comércio local é necessário repensar os incentivos. Outra questão novamente levantada pela deputada foi a do Parque de Skates. Quis saber se há previsão de datas para a aquisição dos equipamentos, e se os equipamentos que foram retirados estão todos danificados, ou se é possível recolocarem algum para os jovens poderem usufruir. Terminou a intervenção desejando a todos um Feliz Natal.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Manuel Rodrigues. Após cumprimentar a Mesa e os presentes, falou do tema que o levou a intervir: a Festa do Espumante. Saudou a boa decisão que o senhor Presidente da Câmara tomou ao suspender a noite de sábado (devido ao mau tempo), por razões de segurança; saudou também a decisão do Executivo, de não cobrar a cota aos produtores presentes no evento, e, por último questionou o Município se responsabilizou a empresa, ou se a empresa assumiu as responsabilidades pelo erro que cometeu, uma vez que durante a semana foram emitidos vários alertas pela meteorologia, e o que fizeram no sábado à noite, poderia ter sido feito durante a semana. Terminou a sua intervenção questionando se a empresa assume as responsabilidades e se vai ressarcir os expositores pelos danos que foram causados.

Neste período de Antes da Ordem do Dia o deputado José Albano Domingues principiou por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara, Vereadoras e Vereadores, às senhoras e senhores Deputados, incluindo Presidentes de Junta, às técnicas e público presentes. Saudou o facto de se ter agendado a reunião com alguma antecedência com relação às festas natalícias, de resto respondendo positivamente a uma sugestão feita pelo próprio nesse sentido



apresentada à senhora Presidente da Mesa no final da última Assembleia. Aproveitou o ensejo para apresentar os votos de um Feliz Natal a todos, desejando um novo ano de 2025 fundamentalmente com muita saúde e paz. Disse esperar que a reunião corresse bem, com a discussão aberta e frontal de ideias, ao sabor do sadio combate político, mas com respeito e elevação. E pediu a justificação da falta do deputado Francisco Reis Lima, por razões de ordem familiar, impossibilidade de presença que apenas lhe havia sido comunicada em cima da hora.

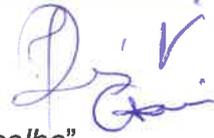
Passando, seguidamente, ao concreto assunto que o trazia ao ponto da ordem de trabalho informou pretender focar os apoios aprovados pelo governo central à fixação de pessoas, rejuvenescimento dos territórios e construção de habitação. Referiu que nestes cerca de oito meses de governo da Aliança Democrática, o XXIV Governo Constitucional, têm sido tomadas decisões e publicados diplomas legais que se lhe afiguram de grande importância para o fomento da habitação, a fixação das pessoas e o rejuvenescimento da população, mormente nos territórios rurais e de baixa densidade. Frisou que na reunião realizada em Braga, no mês de maio de 2024, o Conselho de Ministros havia aprovado catorze medidas para a juventude nas áreas do alojamento estudantil, bolsas de trabalhadores-estudantes, saúde, habitação e impostos. Acrescentou que ao nível da Habitação havia sido posto em prática um conjunto de medidas de apoio à compra da primeira casa para jovens até aos 35 anos, através da isenção do imposto municipal sobre transmissões e do imposto de selo, bem como dos emolumentos do registo predial, instituindo-se também a Garantia Pública na compra da primeira habitação, uma garantia pessoal do Estado concedida a instituições de crédito nos financiamentos quando se encontrem reunidas determinadas condições para a primeira aquisição de habitação própria e permanente. Focou, também, o alargamento do Programa Porta 65 Jovem e o IRS Jovem, com uma taxa máxima de 15% aplicada a todos os jovens até aos 35 anos. Acrescentou que, paralelamente, a nova lei dos solos, aprovada pelo Governo em Conselho de Ministros do dia 28 de novembro último, traz oportunidades acrescidas para quem é proprietário de terrenos rústicos, e tal porque, para além de os poder cultivar ou destinar à criação de gado, os proprietários podem agora avançar com a sua reclassificação para solos urbanos, desde que sirvam para construir casas, sobretudo a preços acessíveis, referindo que esta alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), visando aumentar a oferta de “casas



programas desportivos transversais a várias faixas etárias, a adaptação ao meio aquático, através das aulas de natação para crianças em idade escolar, e o projeto da Comunidade que todos conhecem. Foi ainda realçado a estrita articulação existente entre o Município e a Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço. Em resumo, segundo a referida nota, este reconhecimento destaca o compromisso do município de Melgaço em proporcionar atividades físicas e desportivas à sua comunidade, promovendo um estilo de vida ativo e saudável. Ainda nesta área, o senhor deputado deu também nota de que, no Centro de Estágios, foi recentemente realizado um estágio da seleção nacional de futebol feminina, sub-23, durante alguns dias, em que disputaram no referido Centro de Estágios, um jogo amigável com a seleção da Noruega. Também terminou recentemente um estágio a seleção nacional sub-19 feminina de andebol.

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Após cumprimentar a Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção respondendo às notas do deputado Paulo Rodrigues sobre a questão dos eventos, nomeadamente a Noite dos Medos. Um evento que arrancou no primeiro ano do segundo mandato deste Executivo, em 2017, e que se tem afirmado como um evento em crescimento, com muito impacto e capaz de atrair muito gente. Este ano foi extraordinário, havendo até momentos de algum receio que a multidão não pudesse caber no recinto do castelo, e que fosse difícil gerir a dimensão das pessoas que lá havia. Correu tudo muito bem, foi uma excelente noite, e também o envolvimento com os empresários da noite correu bem e será certamente para manter. O Presidente da autarquia referiu ainda que é um evento para crescer nos próximos anos e se transformar num evento de maior referência no panorama regional e nacional.

Sobre a questão da programação de Natal, em resposta à deputada Aurora Soares, o Presidente do Município referiu que se procurou também, em alinhamento com os anos anteriores, construir uma programação sem cópia. Desde 2013, que se tem apostado nisso e tem crescido. Uma iluminação de Natal que era muito insípida, hoje, abraça boa parte da Vila, mas que pode crescer infinitamente. Não se pode ter a pretensão de ser um novo Vigo, aliás "Um Vigo" que o ano passado foi uma coisa



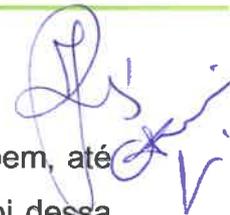
novas a preços compatíveis com os rendimentos da classe média em cada concelho”, permite a construção de casas em terrenos rústicos, onde antes não era possível. Quanto ao procedimento a seguir deu nota de que os donos dos terrenos rústicos podem tomar a iniciativa de contactar as Autarquias, manifestando interesse em mudar a classificação dos solos para urbanos, ficando logo a saber se os seus terrenos têm potencial ou não para mudar de uso, que o processo de requalificação dos terrenos rústicos em urbanos é então iniciado e acompanhado pelos municípios, que avançam com uma alteração simplificada do plano diretor municipal, mas sem haver necessidade da aprovação por parte de outras instâncias, pelo que só as autarquias podem decidir se avançam ou não com a reclassificação, sendo que a proposta de mudança dos terrenos rústicos para urbanos segue, depois, para consulta pública, por um período de, pelo menos, vinte dias, após o que a Autarquia faz as mudanças que considerar importantes à proposta e envia o documento final à Assembleia Municipal, que tem nas mãos a decisão final. Finalizou esta sua intervenção dizendo que os deputados da sua bancada entendem por bem, pelo impacto que pode ter no nosso território, trazer este leque de medidas à Assembleia Municipal, e através deste Órgão máximo do poder local contribuir também para a sua divulgação ou difusão.

Em seguida, a Senhora Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao deputado Maximiano Gonçalves. Após cumprimentar toda a Assembleia na pessoa da senhora Presidente aproveitou para desejar votos de um Feliz Natal, cheio de Paz e que 2025 fosse bom para todos. Na sua primeira intervenção, o senhor deputado apresentou à Assembleia dados atuais sobre o Desporto em Melgaço. Pelo sétimo ano consecutivo, Melgaço foi reconhecido como Município amigo do Desporto. Um galardão atribuído pela Sociedade Social, avalizado Pela Secretaria de Estado da Juventude do Desporto, que destaca o compromisso dos municípios em promover o desporto e a atividade física na comunidade. Segundo a nota divulgada pela organização, o município de Melgaço tem vindo a implementar uma estratégia que além da aposta na formação e apoio às coletividades tem potenciado a oferta concelhia desportiva, e tem atraído para o concelho a fidelização de eventos desportivos regionais, nacionais e internacionais. Além da qualidade das instalações desportivas, tiveram também destaque na nota divulgada, as iniciativas adotadas pela autarquia melgacense ao nível da organização desportiva, dos apoios concedidos aos clubes e coletividades,



extraordinária, mas que este ano teve muito menos gente relativamente ao ano anterior. Aquilo que foi estrondoso, por parte da autarquia, está a ter retrocesso do ponto de vista da atração. Fez-se o crescimento que entenderam adequado e acompanhado de programação diferenciada. Discordando da senhora deputada, o Presidente entende que têm uma programação vasta, que integra coisas que não são realizadas pela Câmara, o que também já foi feito no Melgaço em Festa ao longo dos últimos anos, integrando, de forma formal, com a conviência de todos os atores do território. Serve de exemplo a descida do Pai natal no Rafting, uma iniciativa do Melgaço Radical, de há muitos anos, e louvável, que realmente aporta uma dinamização interna muito interessante na projeção do território, do ponto de vista daquilo que são as práticas ligadas ao rio Minho. Integra-se também a Alumiada a S. Tomé, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Penso, que o Presidente saudou pela capacidade que tiveram de reinventar e de trazer novamente para cima da mesa essa iniciativa tradicional, histórica, com uma carga enorme do ponto de vista popular, tendo sido um enorme sucesso e voltando a ser realizada no próximo dia 20. Há também o Encontro de coros, e o Presidente deixou o convite para o evento, uma atividade que traz coros de Melgaço e de fora de Melgaço para o território. São um conjunto de iniciativas para este período, estando muitas outras a acontecer durante esta programação, não tendo sido só a inauguração da iluminação. O Presidente questionou: tinha pouca gente? Tinha mais que o ano passado! É verdade que não tinha muita gente, referiu o Presidente, e voltou a questionar: mas os senhores Deputados vieram? Não foi por falta de convite.

Agradeceu ao deputado Paulo Rodrigues pela referência elogiosa àquilo que foi feito sobre o certame, a Festa do Espumante. Sobre este assunto, o Presidente referiu que é um orgulho e como já referiu várias vezes, tem também um toque pessoal do deputado Paulo Rodrigues, como produtor, porque foi uma interpelação do mesmo que, em 2011, enquanto o Presidente ainda era vereador municipal, que levantou a questão de haver um segundo evento no ano, para além da Festa do Alvarinho e do Fumeiro. Quando em 2013, assumiu a presidência, foram conversando, e em 2015, tiveram oportunidade de falar com os produtores, acharam que era o momento para avançarem com alguma coisa ligada ao espumante, até porque o espumante estava a crescer. Reuniu os produtores e a questão que lhes colocou foi qual seria a melhor data para fazerem a festa. Foi nessa conversa franca e aberta que decidiram que no



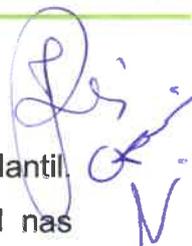
final do ano, próximo do Natal, sendo uma época baixa, poderia funcionar bem, até porque o espumante está tradicionalmente ligado ao período natalício. E foi dessa conversa com os produtores que se arrancou com a Festa do Espumante, que tem acompanhado o crescimento do produto, hoje com grande qualidade, em que muitos dos produtores têm mais do que um espumante, com um peso já razoável na economia da vinha e do vinho. O Presidente aproveitou para saudar o facto de nessa semana ter tido a notícia de que três espumantes de Melgaço, os únicos portugueses, estavam entre os cinquenta melhores espumantes do mundo. Parabenizou os produtores, dizendo que era um orgulho enorme ter espumantes da região tão bem cotados no panorama internacional. Sobre esse assunto terminou dizendo que a Festa está construída, tem o seu caminho pela frente, aquilo que é desejável, e, o grande orgulho quando se faz alguma coisa, não é ficar com ela, é doá-la e perceber que tem condições de fazer um grande caminho. Ainda sobre eventos, o presidente deu nota de um a que não fora feita nenhuma referência, na área do desporto, realizado em Melgaço, que é uma prova de ciclocrosse, este ano, pela primeira vez, uma prova internacional, de ciclismo de montanha, com categoria C1. Também no próximo ano, 2025, Melgaço acolherá, no final de julho, também pela primeira vez, o Campeonato da Europa de Mountain Bike.

Ainda sobre o tema abordado pelo deputado Vítor Rodrigues, sobre a iluminação de Natal noutros locais, o Presidente referiu que, sem dúvida, para além do trabalho feito na vila, procuraram alinhar com as freguesias, fazer com que haja apontamentos em outros pontos do território, nomeadamente nas Termas do Peso, um trabalho realizado em conjunto com a Cura-Aquae. Disse também que considerava uma excelente iniciativa a Feira do Mel de Paderne, que estava a arrancar e que tinha toda a junta de freguesia, na pessoa do senhor Presidente envolvidíssima. Um evento que irá ajudar a economia local, parabenizando-o por esta iniciativa. Uma feira tradicional na freguesia, que há muito não se fazia e que se retomou este ano. Evento esse que irá ajudar a alavancar a produção de mel e esse setor, que pode trazer um ótimo contributo à economia do concelho.

O deputado José Albano falou de um conjunto de matérias ligadas a iniciativas governamentais. Sobre esse assunto o Presidente referiu que, aquilo que é o trabalho nos instrumentos de planeamento territorial, o município esteve um pouco à frente. É



de louvar a medida que é tomada para a organização dos solos, é uma iniciativa audaz, mas o município esteve um pouco à frente porque em 2018 arrancou com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, porque precisamente em 2015 tinham saído os novos instrumentos e a nova legislação que integra os instrumentos de planeamento do território. Sendo audazes e rápidos, conseguiram ser o quinto município do norte do país, o segundo município do Alto Minho, a fazer a sua alteração, adequando-o às novas regras, e conseguiram dessa discussão, embora de forma dura, que não houvesse aquilo que era temido que seria uma redução considerável do solo para construção. Nessa construção de revisão do PDM conseguiu-se salvaguardar muito do solo para construção. É claro que, se houver necessidade de tomar medidas com base nessa nova legislação, serão tomadas colaborando sempre com o território para que o seu crescimento aconteça. Relativamente a alguns apoios que estavam a ser dados, e tendo o deputado referido a questão do IMI, o Presidente disse que traziam à Assembleia uma vez mais, um instrumento de trabalho que é o Plano de Desenvolvimento Solidário Sustentável de Melgaço, que os senhores tanto criticam, e disse-lhes que esse instrumento de trabalho tem uma medida de isenção fiscal de IMI e IMT que não conseguirão encontrar em outro município do Alto Minho. Hoje, a Câmara Municipal de Melgaço permite, a quem investiu no concelho, para construir a sua habitação ou para construir habitação para turismo, com base nesse instrumento, condições que não existem em mais nenhum município. O Presidente da autarquia deu como exemplo que se comprar uma casa fora, tem que pagar IMT quando fizer a escritura, o IMI no ano seguinte. Se comprar uma casa em Melgaço, porventura tem isenção de IMT, desconhece exatamente as regras, mas tem certeza absoluta de que nos próximos dez anos não vai pagar IMI. Não podem, portanto, dizer que o município não tem já incorporado medidas de exceção e medidas de atratividade. Saúdam tudo aquilo que está a ser feito pelo Governo quanto a isso, como saúdam muitas outras iniciativas do Governo anterior. Aproveitou a deixa e referiu-se ao alojamento de estudantes. Melgaço, aí, está a fazer um trabalho do ponto de vista de criação de condições para alojamento de estudantes, com base naquilo que foram as políticas lançadas há uns anos para essa matéria, que lhes permitiu construir, com o PRR, um novo espaço de alojamento estudantil em Prado, aproveitando a antiga escola primária, um espaço de grande qualidade. Neste momento está a acontecer a obra da requalificação da



Pousada da Juventude, para também ter condições novas para alojamento estudantil. A Pousada foi construída e inaugurada, mas a Movijovem, como é natural nas entidades estatais, não tem capacidade de fazer manutenção e requalificação das instalações, têm de ser as autarquias a tomar conta dessas matérias, como tomam conta da matéria de educação e da saúde, para que as coisas não se deterioreem. Se não forem as autarquias a fazer o seu trabalho, as coisas não acontecem. O Estado, a Tutela, não tem capacidade para isso. Uma intervenção no Centro de Saúde, feita pelo Ministério da Saúde, seria pelo menos, o dobro daquilo que uma autarquia consegue fazer na mesma realidade. Portanto, seria muito mais caro, e a autarquia tem capacidade para o fazer. Estão a fazê-lo nessa matéria que é o alojamento para estudantes, e concretamente com essa intervenção na Pousada da Juventude. Relativamente às questões que o deputado José Albano colocou, sobre novas medidas na área da habitação e outras, o senhor Presidente disse que já as referiu e não se alongava mais, apenas lhe disse que teve oportunidade de elogiar aquilo que são as iniciativas do Governo. O senhor Presidente gostaria que este Governo, tivesse a coragem de pôr na linha aquilo que alguns governos a esta parte não tem conseguido colocar, que são entidades como a APA, entidades como o ICNF, que olham para os nossos territórios, como territórios a manter “como reservas de índios”. Sabemos que há sempre boas intenções em relação aos territórios, mas não podemos deixar de falar no espelho de água de Castro Laboreiro, praticamente concluído. As guerras judiciais serão outra coisa a seguir, mas irão tentar conversar com a APA a ver se resolvem. Ainda recentemente tiveram um projeto feito pela pessoa mais categorizada e credenciada nessa matéria que se chama Pedro Teiga. Um projeto para Lamas de Mouro que tiveram muita dificuldade em resolver. Um trabalho de grande qualidade de requalificação do espelho de água de Lamas de Mouro e entorno que juntou um espaço que toda a gente utilizou nas últimas décadas. Um projeto extraordinário para aquele espaço e que teve o parecer favorável de uma pessoa em 2019, e em 2023 tem, o mesmo projeto, um parecer desfavorável, da mesma pessoa. É essa esquizofrenia que têm de aturar, referiu o Presidente, e espera que, para além de todas as medidas, que este Governo tente resolver estes impasses.

O deputado Maximiano falou da questão do desporto, e do facto do município renovar, uma vez mais, esse galardão de Município Amigo do Desporto. É nota de se ter feito um extraordinário trabalho na área do desporto, e é uma alegria grande para

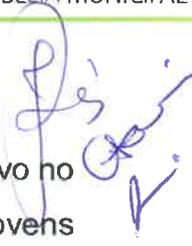


o Presidente que está em fim de mandato, e um grande orgulho, olhar para a atividade desportiva do município e ver tanta oferta. Hoje há dificuldade em gerir espaço no Centro de Estágios nos ginásios e no pavilhão, devido à grande procura, seja pela ginástica, pela dança, pelo futebol, futsal, entre outros. É extraordinário ver esse movimento. Movimento também ligado ao desporto dos séniores, já referidos anteriormente, pelo excelente trabalho com eles desenvolvido. É bom olhar para os equipamentos, estruturas e ver essa dinâmica que está a ser feita ao longo de décadas e que vai crescendo com o tempo e vai crescendo com aquilo que são as opções políticas. Como conclusão referiu que estão todos de parabéns e esse é o resultado daquilo que foi uma grande aposta na área do Desporto.

Respondendo ao deputado Manuel Rodrigues a propósito da Festa do Espumante versus a empresa que fez a montagem da tenda, o Presidente respondeu que, uma das medidas tomadas foi devolver o valor da inscrição aos produtores expositores e, claro, com a empresa estão em conversa. Logo de imediato, no dia seguinte à festa, foi solicitada uma reunião à empresa, que levou algum tempo a acontecer. Não houve entendimento, a posição da autarquia é diferente da deles relativamente a esse assunto, pelo que, após reunir com a vereação e com os técnicos da autarquia, decidiram que, com a equipa jurídica a trabalhar nesse sentido, farão uma proposta nessa matéria que interesse ao município. Se não houve hipótese de entendimento numa primeira reunião, vão agora continuar a fazê-lo de forma jurídica e verão até onde conseguirão ir. Claro que não estão contentes com o que aconteceu, a empresa diz que fez tudo para que a tenda estivesse consolidada, tendo em conta as dificuldades que se previam, não concordam com isso e sobretudo com o facto de a empresa não ter uma equipa permanente junto à festa naqueles dias, para que pudesse ajudar a resolver problemas que pudessem surgir. Lamentam que tenha acontecido, pois em anos anteriores isso não aconteceu com a mesma empresa.

Sobre o parque de skates referiu que não está esquecido. Aquilo que está a ser feito, é precisamente carregar um conjunto de candidaturas no Norte 20/20, algumas ligadas às áreas desportivas, e um dos projetos que está a ser colocado em candidatura, para que seja financiado, é precisamente o do referido parque.

No seguimento da resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos senhores deputados no período de “Antes da Ordem do Dia”, pediu novamente a



palavra o deputado José Albano para, quanto ao afirmado pelo chefe do Executivo no tocante ao PDSS, e concretamente ao IMI, no sentido de que em Melgaço os jovens tem isenção de IMI durante dez anos, lembrar que a isenção é de cinco anos, não obstante renovável por uma vez, e não de dez, e que a isenção não é automática, tendo de ser pedida e de se cumprir determinados requisitos, que tem de se tratar de habitação própria e permanente, e que existem limites rígidos à sua concessão, designadamente relacionados com o valor patrimonial tributário atribuído ao prédio e com o rendimento bruto do proprietário, pelo que a isenção não é tão simples de se obter como o senhor presidente da Câmara dera a entender. Ainda tendo como referente o afirmado pelo Presidente da Câmara o deputado disse concordar que o Governo da Nação deveria ter a ousadia de se saber impor a determinadas entidades e aos respetivos corpos técnicos, que tantas vezes limitam e condicionam a ação das Autarquias e dos cidadãos que pretendem residir e investir no território, contribuindo para o seu abandono, lembrando que o anterior Governo do Partido Socialista não fora capaz de o fazer. Referiu que para que se combata essa inflexibilidade da parte de determinados organismos, tais como a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDRN, a REN e a RAN, e a entidade que gere o parque Nacional da Peneda Gerês (ICNF), alguns dos quais quase parecem um Estado dentro do próprio Estado, os Municípios também têm de cumprir a sua parte, discutindo e apresentando tais reivindicações, junto da Tutela, mormente através do órgão próprio, que é a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Terminada a intervenção do deputado José Albano Domingues, pediu novamente a palavra o deputado Manuel Rodrigues para esclarecer uma dúvida ainda sobre a tenda da Festa Do Espumante. Questionou o senhor Presidente da Câmara se a empresa mostrou ou não abertura, pois o senhor deputado entendeu que não.

O senhor Presidente respondeu que por não apresentarem abertura, a câmara municipal acionou o gabinete jurídico para pressionar, do ponto de vista em que há cláusulas na contratação que tem de ser respeitadas.

Relativamente às questões do IMI, o Presidente acatou as precisões que fez o deputado José Albano, mas em relação à questão do solo e das entidades, sim, os municípios têm de ter uma atitude e é isso que têm feito. Claro que a Associação Nacional de Municípios o deve fazer enquanto representante de todos os Municípios,



mas isso não os deve isentar de novas plataformas a fazer, de forma muito mais direta, como é o caso da comissão com a gestão do Parque Nacional da Peneda Geres. O parque em si são as pessoas e a paisagem que lá está. Não é o parque que faz isso, são as entidades que o gerem, no caso é o ICNF. Até porque neste momento não existe uma direção do Parque, existe uma figura de co-gestão, mas pertencendo superiormente ao ICNF, que constrange muitíssimas vezes o trabalho que se pretende fazer no território. Sim, é importante que se seja capaz de por término nessa questão, neste problema que são as entidades que têm dentro delas um radicalismo que é inaceitável. O Presidente deu como exemplo o Senhor Carlos Sá, que têm, há uns anos a esta parte, trabalhado com a autarquia em provas desportivas. A sua prova mais icónica, no território, é a dos quatro Castelos, a trans-Peneda-Geres, que até este ano, e já são cinco edições, arrancava do Castelo de Melgaço, subia ao Castelo de Castro Laboreiro, Castelo de Lindoso terminando no Castelo de Montalegre, num total de 160km. São 200 ou 300 atletas todos os anos. Mas, em 2025, a prova não vai ser feita. Porquê? Porque o ICNF não vai permitir que se faça prova noturna, porque durante a noite a corrida e a passagem de bicicletas pode perturbar a fauna. Até os mais entendidos nessa matéria, consideram isso um absurdo, mas é aqui que se está a chegar! E não é o mais delicado, o pior é não permitir que haja a atividade pecuária abundante no território. Isto é um contra censo pois só se consegue defender o território se houver atividade pecuária em força, para que a paisagem se mantenha. Essa gente ainda não percebeu que a paisagem é cuidada por pessoas, feita e construída por milhares de pessoas, que viviam no parque, e que hoje são muito menos. Mas foram esses milhares de pessoas que construíram estas paisagens, assim como toda a paisagem de todos os territórios rurais do Alto - Minho, mas de uma forma concreta o do Parque Nacional do Geres, mas eles ainda não perceberam isso, e que é preciso novamente, em todas as freguesias haver exploração da montanha, da paisagem e agro-pastorícia. Alguma coisa se está a passar na cabeça destas pessoas, a pressão é muita e, portanto, os municípios estão a fazer o seu trabalho, em vários momentos e em vários fóruns, para que as coisas se clarifiquem.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.



<b>Assunto n.º2</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
---------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto. O Presidente da Câmara entendeu que não era necessário, mas que estava disponível para qualquer esclarecimento. Não havendo pedidos de intervenção a Presidente da mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto n.º3</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de redução em 50% do valor das taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do mercado municipal, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.</b>
---------------------	--

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para prestar a informação à Assembleia sobre este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara referiu que durante e depois da pandemia se isentaram em 100% os feirantes. Passado esse período tomaram a medida de isentar em 50%. Entendem que a medida é adequada, os feirantes agradecem, pelo que se mantém para o próximo ano.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º4</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de isenção do pagamento da taxa anual aplicável às ocupações do espaço público previstas nas alíneas a), b), e c) do n.º1 artigo 2.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público.</b>
---------------------	--

A senhora Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara para abordar o assunto deste ponto da ordem do dia, que



apenas informou que trazem essa proposta de isenção da taxa anual, à semelhança das medidas tomadas nos anos anteriores.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º5</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de Majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2024</b>
-------------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para expor o assunto.

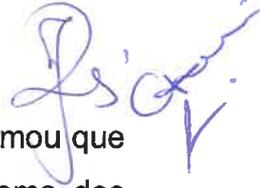
O Presidente da Autarquia iniciou o assunto dizendo que é apresentada em todas as Assembleias, na altura do orçamento, a atualização da listagem dos prédios degradados, conseguindo introduzir aqueles que são rececionados como fazendo parte desse conjunto de prédios, com a nota de que alguns vão saindo. Foram retirados sete dessa lista durante o ano, tendo sido recuperados para vários fins. Assim a atualização da lista contempla a entrada de dezanove edifícios e a retirada de sete.

Terminada a intervenção do senhor Presidente, a Presidente da mesa questionou a Assembleia se havia pedidos de intervenção para este ponto. Pediu a palavra os senhores deputados José Albano Domingues e Manuel Luís Gonçalves.

No tocante à proposta de majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2024 o deputado José Albano começou por dizer que se trata de uma opção que se tem vindo a discutir ano após ano e que, por com ela não concordarem, mantém o seu posicionamento de votarem contra. Referiu que quando se olha de frente para a questão dos prédios degradados ou em ruínas tem de se ir à procura da causa pela qual tal acontece, e que a conclusão a que facilmente se chega é a de que o território está envelhecido, despovoado, e particularmente nas zonas



rurais mais recônditas autenticamente abandonado. Afirmou que o porquê de tal acontecer se relaciona com a curva demográfica, que em Melgaço é a mais gravosa de todos os Municípios do Alto Minho, com perda de 15,6% da sua população em dez anos, de acordo com os últimos censos de 2021, mas também com as apostas e as opções políticas que têm sido tomadas ao longo dos anos e que não tem contribuído para fixar a população, para atrair empresas e mão-de-obra qualificada e para criar emprego. Acrescentou que aliadamente a este fenómeno, preocupante, do envelhecimento, desertificação ou despovoamento, e abandono das construções, existe um outro fator que os deputados da sua bancada não deixam de diagnosticar, e que é a falta de atratividade para o investimento e, sobretudo, a descrença e falta de confiança no futuro do concelho, que leva a que as pessoas, incluindo os nativos de Melgaço, os emigrantes, e mesmo os que aqui trabalham, busquem outros concelhos para investir, comprar casa e residir. Afirmou terem conhecimento de que também existem pessoas a adquirir casas em Melgaço, mesmo para segunda habitação ou para fins turísticos, mas que se trata, infelizmente, de casos pontuais, e que, entre alguns mais mediáticos, se tarda em ver acontecer a reconstrução, a reabilitação ou a requalificação. Lembrou que o número de prédios nesta situação continua, ano após ano, a crescer, e substancialmente, e que o Executivo não deixará certamente de reconhecer que os técnicos ou fiscais da Câmara que tratam do levantamento ou inventariação estão a fazer o seu trabalho e a fazê-lo bem, dando nota de que, de acordo com a estatística que lhes é apresentada, os imóveis nesta situação passaram de 54 no ano de 2008 para 391 no de 2024, uma subida de 724,07%, assinalando, ainda, que de 2023 para 2024 os prédios classificados como degradados aumentaram em número de 19, constando como tendo sido reabilitados 7, o que representa um saldo negativo de quase 64%, e não existindo sequer garantias de que a listagem seja exaustiva, por eventualmente subsistirem casos de construções que nem sequer se encontram inscritas na respetiva matriz ou Finanças. O senhor deputado aludiu, por outro lado, a que o artigo 112º do Código do IMI prescreve, no seu nº 8, que "*Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados...*", sendo esses 30%, pois, a taxa máxima, deixando, em jeito de contributo, e em ordem a dilucidar-se sobre se esta medida, pela majoração, é a mais acertada, ou antes contraproducente, a sugestão de o Executivo experimentar baixar essa taxa de



majoração, por exemplo para 20 ou 15%, e ver depois qual o resultado. Afirmou que os eleitos pelo PPD/PSD pretendem construir a solução para este problema dos prédios degradados pela via do diálogo, na base da concórdia, do estímulo e do benefício, em ordem à consecução da efetiva regeneração urbana, e não na base da opção pelo castigo. Terminou dizendo que esta medida se lhes afigura discriminatória e potencialmente injusta, por tanto atingir ricos como pobres, retirando a estes últimos verbas, do seu rendimento disponível, que lhes poderiam ser essenciais para a satisfação das suas necessidades mais básicas, como sejam a alimentação, o vestuário e os cuidados de saúde.

Seguidamente a Presidente da mesa concedeu a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves. Cumprimentou a senhora Presidente e restante Assembleia e desejou, antecipadamente um Feliz Natal a todos. Sobre o ponto a ser discutido, o senhor Deputado referiu que a bancada do PS tem votado favoravelmente a essa medida e irão manter, este ano, o mesmo sentido de voto. Fazem-no porque entendem que a degradação de património edificado é um problema que afeta profundamente a comunidade. É verdade que, na listagem enviada anualmente à Assembleia, se verifica a existência de cada vez mais prédios em estado de abandono e degradação que constituem um problema para a segurança pública, e comprometem a salubridade dos espaços e comprometem também as zonas onde estão inseridos. Existem, de facto, vários motivos para isso acontecer, sendo esse um trabalho contínuo, que ajuda também a explicar o facto de, talvez há dez anos, a lista ter menos imóveis do que aqueles que tem atualmente, mas cabe à Assembleia, enquanto representantes eleitos da comunidade, o dever de encontrar soluções que promovam a requalificação urbana, e incentivar os responsáveis pelo património imobiliário. Por isso entendem que majorar a taxa de IMI, é uma medida que entendem ser justa, eficaz e necessária. Em primeiro lugar, porque essa medida serve de estímulo económico para que os proprietários invistam na recuperação dos seus imóveis. A aplicação de uma taxa agravada, sinaliza claramente que a permanência de prédios em degradação deve ser contrariada. Mas os prédios degradados, sobretudo nas zonas urbanas, representam também um perigo, não só para quem os ocupa, mas também para quem circula e vive nas suas imediações. E, muitas vezes, nas zonas urbanas, são mesmo focos de acidentes e insalubridade, e, em muitos casos, de criminalidade. O melhoramento do património edificado é também uma



estratégia para atrair investimento e turismo, ao contrário do que foi dito. Melgaço é conhecido com enorme potencial turístico e a preservação do seu património é fundamental para consolidar esse potencial. Mas essa medida é, sobretudo, nesse ponto que é, segundo o Deputado, o fundamental, e exatamente ao contrário do que foi dito, essa medida deve ser vista como uma questão de equidade, porque os proprietários que mantem os seus imóveis em boas condições, não devem ser penalizados em comparação com aqueles que optam pelo seu abandono ou pela negligência. Ao ser aplicada a taxa adequada aos prédios degradados, garante-se o tratamento mais justo para todos os contribuintes municipais. Da lista de prédios degradados enviada pelo município, verifica-se este ano que, existem sete prédios que constavam da lista do ano passado e agora que foram recuperados, e, dezasseis prédios que mudaram de dono que, certamente, irão agora ter a mesma finalidade em passar à sua recuperação. É um bom sinal, já que, de acordo com o PDSS que se irá discutir noutra ponto da ordem do dia, os proprietários que reabilitarem os seus edifícios podem beneficiar de uma isenção de IMI, de cinco anos, podendo ser renovável, e a conjugação dessas duas medidas, já que elas não podem ser vistas isoladamente, a conjugação de uma medida penalizadora e ao mesmo tempo uma medida incentivadora, beneficiarão não apenas o município como um todo, mas também incentivarão os cidadãos para contribuir para a criação de um ambiente mais seguro e mais atrativo.

Terminada a intervenção do deputado da bancada do PS, a senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, se assim o entendesse. O Presidente da Câmara referiu que não se iria adiantar mais sobre a matéria em questão. Considerou a análise do deputado Manuel Luís Gonçalves muito interessante e esclarecedora sobre essa medida. Disse também ao deputado José Albano Domingues que todos sabem o porquê da situação do território relativamente a esses prédios, todos sabem o percurso social que foi feito, o que aconteceu em décadas passadas. Sabemos que a diminuição da população tem o seu culminar no CENSOS 2001, dando nota de que em dez anos houve uma quebra de quinze por cento na população. Há indicadores que dizem que no Alto Minho a diminuição de população registada em dois mil e vinte e um, está num processo de alteração tardia. Neste momento, de vinte e um para vinte e quatro, já há indicadores de, não só estagnação dessa diminuição, como de crescimento ligeiro da população. Tivemos



décadas de fuga da população para a emigração, de fuga de gente nova para fora do território, e não quer dizer que se tenha estagnado completamente, quer uma, quer outra realidade, no entanto, reduziu essa realidade consubstancialmente. Simultaneamente está a acontecer outra realidade, que é a chegada de gente a todo o território do Alto Minho. Não é por acaso que se começa o ano escolar com um determinado número de alunos e habitualmente termina com mais do que aqueles que começaram. Não é por acaso que, há dez anos, se criou um edifício que foi adaptado para creche e que foi rapidamente readaptado para outra finalidade e, atualmente, há a necessidade de creches no concelho. A Capacidade da Santa Casa da Misericórdia está a crescer, porque há necessidade de acolher crianças que estão a nascer ou a chegar a Melgaço. A realidade está a ter contornos diferentes daquilo que tinha. O parque habitacional ficou abandonado, porque fugiram os mais novos para a emigração, ficaram os mais velhos, que foram morrendo, e as casas ficam sem gente. Essa é a realidade do que aconteceu nas últimas décadas. Embora não sendo de uma vez, começa a haver apetência para a aquisição desse parque habitacional. Estão a ser adquiridas em Castro Laboreiro pois tem conhecimento e que o ICNF está a receber imensos pedidos de parecer para tributação. Para além dessas duas situações mediáticas, há muitas outras a acontecer no território. Os processos mais mediáticos ainda não estão em cima do terreno, mas estão a acompanhar o projeto, e nos últimos dois meses, têm reunido com as pessoas, com entidades e com empresários. O investimento está em fase de projeto adiantado e está em fase de candidatura a financiamento, que consideram estar muito bem encaminhado para colocarem no terreno a renovação dessa aldeia de Varziela, que ficará praticamente toda renovada. Não se pode achar que tudo está resolvido, mas não se pode esquecer e passar por cima da realidade que está a acontecer. Muitos outros investimentos estão a surgir e é desejável que assim aconteça. O senhor deputado disse que a lista em dois mil e oito tinha cinquenta e tal prédios e agora são trezentos. A verdade é que há uma subida, o que não significa que sejam mais, é porque vão sendo identificados cada vez mais e isto faz com que a lista cresça.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, sendo aprovado por maioria, com 8 votos contra do PSD, com declaração de voto de ambas as bancadas.



Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º6</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2025</b>
-------------------------	---

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem do dia.

O senhor Presidente referiu que não apresentava o plano, pois não havia alterações relativamente ao Plano anterior, mas estava disponível para esclarecer alguma questão que pudesse surgir.

Pediram para intervir neste ponto os deputados José Albano Domingues, deputado Manuel Luís Gonçalves e o deputado Pedro Silva.

Neste ponto da ordem de trabalho os deputado José Albano Domingues focou, desde logo, as passagens do texto introdutório da documentação que lhes foi distribuída onde se referia que o PDSS se constitui como “um documento estrutural e transversal de apoio às políticas de fixação da população, rejuvenescimento e solidariedade social prosseguidas pela autarquia”, e que os dados nele apresentados “servem o propósito de serem utilizados como uma bússola na leitura das políticas de fixação, rejuvenescimento e solidariedade social prosseguidas pela autarquia”, pegando em tais afirmações para concluir, desde logo, que os números apresentados atestam que o Executivo camarário do Partido Socialista tem falhado clamorosamente a este nível, e que, por outro lado, também não tem sabido usar a bússola, ler esses números, e ousado redirecionar, alterar e acrescentar o que se mostre necessário em ordem a atacar de frente os problemas e as carências da população. Afirmou, também, que apesar de vir escrito no dito introito ao documento que o PDSS tem sido objeto de atualização e revisão sucessiva ao longo dos anos o certo é que as medidas se têm mantido as mesmas, e, de forma que não logra entender, não tem havido sequer o cuidado de se fazer uma atualização dos valores dos apoios em função da taxa de inflação, que até tem sido elevada nos últimos anos. Afirmou, seguidamente, que valores na ordem dos 50,00 €uros e 100,00 €uros para apoio alimentar ou ao consumo energético e no domínio da saúde são, de *per si*, perfeitamente residuais, e mais insignificantes se tornaram em função da inflação registada nos últimos anos,



acarretando um aumento considerável dos preços e uma conseqüente desvalorização do valor da moeda. Defendeu que também o aumento ou reforço das verbas recebidas do orçamento de Estado, assim como o aumento da receita, em quase quatro milhões de euros, no orçamento municipal para 2025, postulariam o reforço das verbas a atribuir aos mais pobres ou carenciados, o que também não veem acontecer. Afirmou que nos tempos que correm é imperioso ter políticas, ao nível económico e social, desafiantes, que protejam, de forma efetiva, os menos bafejados económica e socialmente, que combatam processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país e graves desigualdades sociais, e que potenciem um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo. Revertendo, de seguida, à realidade dos números, focou que nos incentivos à natalidade/adoção entre 2008 e 2024 o número de apoios diminuiu para menos de metade e o seu valor global decresceu quase 60%; que nos apoios com bens de primeira necessidade, não obstante o número de apoios se manter mais ou menos estável, o seu valor monetário diminuiu, dando o exemplo de em 2020 se terem apoiado 32 crianças com 17.751,46 €uros ao passo que em 2024, com o mesmo número de crianças apoiadas (32), se gastou 11.826,33 €uros, um decréscimo de quase 34%; que nos apoios no domínio da saúde temos um ano de 2024 com um número de apoios (7) e expressão monetária (700,00 €uros) perfeitamente insignificante; que quanto ao programa ABEM/Rede Solidária do Medicamento se regista um decréscimo, de 2023 para 2024, de 5.940,00 €uros para 540,00 €uros, ou seja, de quase 1.100%, sendo este o pior ano de sempre em número de apoios; que no apoio ao arrendamento/crédito à habitação, em 2024 temos um número (9) e valor monetário (843,65 €uros) igualmente residuais; que na atribuição de auxílios económicos de um número máximo de 153 apoios no ano escolar de 2009/2010 passamos para 45 em 2023/2024, um decréscimo de 340%, passando o seu valor total para menos de metade, defendendo que num tempo em que temos a viver em Melgaço várias dezenas de famílias de emigrantes, que aqui chegam, certamente, com dificuldades, os números destes apoios teriam de necessariamente crescer e de ser reforçados, assim como o seu valor relativo; que o apoio aos casais jovens é uma medida em que algo está mal, porquanto temos um total de 5 apoios num lapso temporal de 15 anos, o que dá um apoio a cada 3 anos, com 5 anos com um único apoio e com 10 anos com apoios zero. O senhor deputado referiu depois que, em

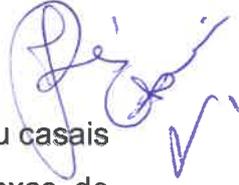


contrapartida, ao nível do pacote fiscal, e concretamente da evolução da liquidação do IMI, entre 2008 e 2023 a receita com este imposto subiu de 449.201,35 € para 1.542.040,47 €, uma subida de mais de 343%, e que mesmo assim o Executivo camarário continua a não baixar a taxa de IMI, e que ao nível da participação variável no IRS que é pago pelos Melgacenses o aumento da receita foi de mais de 100%, tendo passado de 123.905,00 € no ano de 2009 para 256.461,00 € no de 2023, também aqui sem que o Município devolva aos cidadãos a totalidade ou sequer parte do imposto sobre o rendimento que deles recebe. Em jeito de finalização deu nota de que nas seis dezenas de propostas que apresentou para o orçamento Municipal de 2025 o PSD propôs o reforço das verbas para incentivo à natalidade/adoção e com os apoios aos bens de primeira necessidade, a devolução, no todo ou em parte do IRS recebido dos Melgacenses, a fixação da taxa de IMI no mínimo legal, e a atribuição de um seguro de saúde a toda a população residente e complementar ao SNS, propostas que não foram acolhidas no PDSS. Referiu que o PDSS para 2025 contempla alguns apoios que se reputam por importantes, razão pela qual não votam contra, mas que, tratando-se de um documento que não acolhe os contributos e propostas dos eleitos locais pelo PPD/PSD, sem medidas de caráter inovador e verdadeiramente impactante, com apoios de natureza e valor claramente insuficientes, não indo de encontro ao que defendem no que concerne aos impostos de IMI e IRS, o seu sentido de voto passaria pela abstenção. Concluiu esta sua intervenção dizendo que a ação política no campo social é extremamente desafiante e carece da criação de medidas, com expressão monetária, que sejam efetivamente impactantes e se sintam no bolso dos cidadãos, que respondam de forma positiva às muitas carências que a atualidade demanda nos orçamentos familiares, e que protejam, de forma efetiva, os mais carenciados e económica e socialmente desfavorecidos.

O deputado Manuel Luís Gonçalves iniciou a sua intervenção neste ponto da ordem do dia referindo que trazem à discussão, um ano mais, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para dois mil e vinte e cinco. Que o Plano representa, de certa forma, uma política de continuidade com as medidas de apoio que têm vindo a ser implementadas e consagradas no dito Plano. Nessa continuidade, verificaram-se alterações, alguns indicadores, mas na realidade ficou-se nalguns aspetos, ainda alguns limiares relativamente baixos no número de apoios concedidos,



e, portanto, sim, concordavam que devia ser feita uma reflexão sobre se o que está em causa tem a ver com o valor dos apoios e com o número dos apoios. Deve-se refletir se tem a ver com a divulgação desses apoios ou com o facto de algumas dessas medidas não serem elegíveis para parte da população de Melgaço e a Câmara Municipal tem, antes de todas as outras instituições, interesse em fazer essa análise. Mas a análise desses dados apresentados no PDSS, revela alguma estabilidade relativa nos apoios concedidos, embora apresente indicadores de algum crescimento significativo em alguns apoios concedidos às famílias. A interpretação dos dados é sempre muito subjetiva, e o senhor deputado José Albano falou, por exemplo, nos apoios no domínio da saúde, mas se se fizer uma interpretação dos últimos cinco anos, verifica-se que entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e quatro, eles aumentaram cerca de setenta e sete por cento, se se tiver esse tempo em consideração. Claro que, em termos absolutos, não se está a falar de um valor muito elevado, uma passagem de trezentos e noventa e seis euros, em dois mil e vinte, para setecentos em dois mil e vinte e quatro, em cinco anos o aumento é exponencial. Se se analisarem os auxílios económicos a alunos da escola, mais do que duplicaram nesse período, passando de mil quatrocentos e sete euros, no ano letivo de dois mil e vinte /dois mil e vinte e um, para dois mil novecentos e dez euros no ano letivo de dois mil e vinte e três/ dois mil e vinte e quatro. E, se se analisarem os números dessa forma, verifica-se uma tendência positiva que o plano para dois mil e vinte e cinco pretende consolidar e expandir. O Plano destaca várias propostas, embora o senhor deputado destaque duas delas. Uma, desde logo em termos fiscais, com a manutenção de reduções adicionais do IMI para famílias numerosas com uma redução progressiva do imposto em função do número de dependentes, e também, benefícios fiscais para proprietários que reabilitem imóveis em áreas urbanas degradadas, incluindo isenções de taxas durante cinco anos podendo ser renováveis por uma vez. E, afirmou o senhor deputado, que todos concordarão que essa abordagem não só promove a justiça social, mas incentiva a revitalização dos espaços urbanos. E, no apoio à habitação, o município não pode substituir-se à iniciativa privada, mas pode ajudar a iniciativa privada através da regulamentação, e é isso o que se está a fazer, não só através das medidas concretas que apresenta no PDSS, mas também indo buscar medidas nacionais de apoios que estão legisladas, configurando um reforço no conjunto das medidas de apoio à habitação. Isenção de taxas de edificação para construção e



reabilitação de prédios destinados à primeira habitação própria para jovens ou casais até aos quarenta anos, apoio às famílias carenciadas com isenção de taxas de licenciamento, elaboração do projeto de execução, pagamento de materiais e mão de obra, é um ótima medida de apoio à habitação, apoio ao arrendamento e no crédito à habitação, isenção do IMI até dez anos, já referido anteriormente, para prédios reabilitados e arrendados, ou a isenção até dez anos (cinco mais cinco) para a construção e reabilitação de edifícios familiares. Tudo isso, acumula àquilo que são os incentivos previstos no estatuto dos benefícios fiscais, e nos programas nacionais de incentivo à habitação: IFRRU, reabilitar para arrendar, o programa de arrendamento acessível, o primeiro direito, tudo medidas que foram muito lá atrás, grande parte, implementadas pelo Partido Socialista. O senhor deputado fez referência, assim como o deputado José Albano Domingues, anteriormente, ao conjunto de medidas que estão a ser implementadas pelo Governo da AD, em termos de medidas de incentivo à habitação, que, naturalmente eram bem-vindas. Como o senhor Presidente da Câmara disse, ninguém tem dúvidas de que, em termos políticos, todas as medidas eram bem pensadas, e pensadas no interesse público. Disse também que, recentemente, saíram alguns indicadores que diziam, por exemplo que, desde a entrada em vigor do Simplex urbanístico, em março, os pedidos de licenciamento aumentaram vinte e oito por cento, o que significava que essa medida do anterior Governo, estava a surtir os seus efeitos. Aliás, ouvindo recentemente o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, o senhor deputado entendeu que fez um discurso muito consensual e que muito apreciou, que se resumia ao facto de ele ter dito que o que estava a ser feito era uma política de continuidade com as boas medidas que vinham do anterior Governo do Partido Socialista, em matéria de habitação. Por isso mesmo, a questão das Lei dos Solos que o senhor deputado José Albano proferiu, mesmo essa medida, resulta de uma política de continuidade com as medidas implementadas pelo anterior Governo, que já previam a reclassificação de solos rurais para permitir a construção de habitação pública e para custos controlados. Curiosamente, onde se começam a ouvir algumas críticas à Lei dos Solos, são de municípios do próprio PSD, quando referiam que, essa medida irá depender muito da forma como for implementada, porque um dos problemas que a medida poderia ter era o facto de haver maior pressão urbanística em zonas que não estão preparadas para receber infraestruturas e isso poderia levar a um aumento brutal de investimentos



por parte desses municípios. Todos sabem que, não é a mesma coisa ter de levar infraestruturas ao meio de uma montanha, ou ter que levar perto de uma zona urbana, referiu. Portanto, quanto às políticas que estavam a ser seguidas, e à Lei dos Solos, esperavam para ver como é que se irão comportar, e esperavam que resultassem numa maior disponibilidade de habitação, que era o que neste momento o país estava a precisar. Resumindo, e voltando ao PDSS, o senhor Deputado disse que esse Plano contém uma visão clara e sustentável para o município de Melgaço, sobretudo porque mantem o foco na inclusão social e na atratividade para investidores e jovens. O senhor deputado terminou, deixando a sugestão de que, eventualmente, os reforços das medidas de divulgação adequadas poderiam chegar a um maior número de pessoas.

Ainda a propósito deste ponto da ordem do dia o deputado Pedro Silva, após cumprimentar todos os presentes, referiu que as medidas são boas, se saírem do papel e se materializarem. E levantou a questão: “em termos de beneficiários, nos apoios à habitação, quantos receberam esses apoios/reduções de IMT e IMI ao longo dos anos que as medidas estão em vigor?”

O senhor Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para esclarecer as dúvidas colocadas. Desde dois mil e oito que a Câmara Municipal procurou estabilizar um conjunto de medidas de apoio à habitação, medidas, algumas delas inovadoras, e seguidas como exemplo de muitos outros municípios do país e do território mais próximo. São medidas bem desenhadas e bem colocadas no conjunto que se chama PDSS. Todo esse conjunto de medidas são de um carácter muito social, não podem ser confundidas com o trabalho social. O que se faz enquanto município é um trabalho vastíssimo de articulação com todas as organizações do setor social instaladas no território e que permite um atendimento de qualidade à população. O Presidente referiu ainda que, não pode aceitar o discurso de que têm uma situação social dramática à qual não conseguem atender, porque não têm um conjunto de medidas nem um conjunto de ações adequadas, pois não é verdade! Se porventura, não têm uma tamanha realização das medidas, deve-se ao facto de não conseguirem chegar às pessoas no conhecimento dessas medidas, mas esse esforço está a ser feito. Todos os anos depois da atualização desenham uma forma de publicitar as medidas do PDSS para chegar às pessoas. Poderá haver a combinação de algum



desconhecimento por parte de alguma população que tem necessidade dessas medidas. Podia acontecer, mas também é convicção do Presidente de que a população não tem tamanha necessidade assim de um conjunto de medidas como às vezes gostam de dizer. Atendem todos, têm um serviço que procura estar atento a todos, de uma forma muito especial àqueles que mais precisam. Têm que redobrar a atenção com a comunidade imigrante e procurar fazer com que nada falhe no apoio a essa comunidade. Lembrou também do protocolo que existe com a Cruz Vermelha, desde o início da sua criação em Melgaço, que permite que uma loja social esteja permanentemente aberta para o apoio mais básico. Sublinhou uma medida, que não é do município, é de uma associação a nível nacional, e que o presidente considera ser uma das coisas que melhor se fez no país nos últimos anos, que é criar condições para que todos tenham acesso ao medicamento, do mais básico ao mais importante, mesmo que não tenham condições financeiras para o fazer. Traz custos ao município, mas é fundamental que a população, toda, tenha acesso à medicação. O senhor Presidente terminou o seu esclarecimento, dizendo que fazer uma revisão do Plano, ficará para os próximos que tenham a função da gestão autárquica, e nessa reavaliação de conjunto de medidas considerarão o que poderá ser ajustado.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, sendo aprovado por maioria, com oito abstenções do PSD, com apresentação de declaração de voto, das bancadas do PS e do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º7</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de alteração ao Contrato Programa com a empresa Municipal Melsport</b>
-------------------------	---

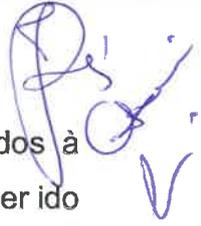
A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para explicar este assunto da ordem do dia.

O senhor Presidente referiu que, como em anos anteriores, cabia trazer à Assembleia a aprovação e atualização do contrato programa com a empresa Melsport, e se alguém quisesse estaria disponível para responder às questões colocadas.



Pedida a palavra e sendo-lhe concedida o deputado José Albano, focando a intervenção do senhor deputado, líder da bancada do Partido Socialista, Manuel Luís Gonçalves, a respeito da preocupação que algumas Autarquias vem evidenciando com o esforço que lhes pode ser exigido com a nova lei dos solos, no que concerne às infraestruturas que será necessário criar para possibilitar a edificação em terrenos rústicos, mormente no que diz respeito aos acessos e redes infraestruturais, afirmou que uma tal preocupação não fazia sentido, e tal porquanto, como tivera a oportunidade de dizer na sua intervenção inicial a este respeito, são os Municípios que tem nas suas mãos a decisão, ou seja, a possibilidade de decidir se determinados terrenos rústicos tem ou não potencial para mudar de uso e se podem ou não ser reclassificados para urbanos.

Quanto ao concreto ponto da ordem de trabalhos, informou que a sua intervenção se ficaria pelo enquadramento do ponto em questão. Disse desconhecer quem elaborou a informação que subjaz a este assunto, que vem assinada pelo senhor Presidente da Câmara, na qual se refere, justificando o porquê de o contrato de arrendamento celebrado com a Melsport, renovado e atualizado para 2025, não vir a deliberação da Assembleia Municipal no facto de a competência prevista na alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12/09, se encontrar delegada no Presidente da Câmara por deliberação de 14/10/2021, subsequente à tomada de posse do Executivo no seguimento das últimas eleições autárquicas. Chamou a atenção para o facto de o dito artigo 33º, nº 1, alínea g), focando as competências materiais da câmara municipal, se referir à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG, o que não era, manifestamente, o caso da celebração de um contrato de arrendamento. Deu nota de que o artigo 34º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê a possibilidade de a Câmara Municipal delegar determinadas competências na figura do presidente da Câmara, mas que já não existe, porém, delegação de competências (nem possibilidade legal de a fazer) da Assembleia Municipal no presidente da Câmara. Acrescentou que os contratos de arrendamento entre o Município e a Melsport sempre vieram à discussão e deliberação da Assembleia Municipal, não percebendo o porquê de tal não se verificar desta vez. Deixou expressas as suas reservas sobre a legalidade do processo. Para finalizar, afirmou que sendo exigência legal que os contratos programa celebrados com a Melsport, no que concerne à prestação de serviços de interesse geral pelas



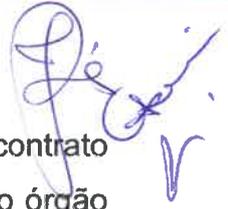
empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração, sejam trazidos à assembleia municipal para aprovação, também não logra entender como pode ter ido a aprovação da câmara municipal a deliberação de submeter ou não o contrato-programa à deliberação desta assembleia, perguntando ainda se acaso a Câmara não aprovasse essa deliberação o contrato deixaria de ser trazido à Assembleia ou deixaria de ser obrigatório trazê-lo à Assembleia, resposta que entendia ser claramente negativa, pelo que tal se lhe afigurava, da parte do Executivo, uma verdadeira trapalhada.

Seguidamente, a Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues, que passou a ler a sua intervenção:

“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, venho por este meio manifestar a minha preocupação relativamente à proposta de alteração ao contrato programa entre o Município e a Melsport, que nos foi apresentada. É fundamental que, enquanto representantes da nossa comunidade, tenhamos uma discussão aberta e responsável sobre as implicações financeiras desta proposta e o impacto que tem no nosso orçamento municipal e, conseqüentemente, na vida dos nossos cidadãos. A proposta em questão indica uma subsídioção por parte do Município que ultrapassa os 600 mil euros. Juntamente com o contrato de arrendamento existente superior a 300 mil euros aproxima-se de um valor alarmante, quase um milhão de euros. Este montante, que representa um esforço financeiro significativo, suscita várias interrogações que não podem ser ignoradas, nomeadamente a sustentabilidade da empresa a médio/longo prazo. É nosso dever analisar e questionar como este investimento será utilizado e quais os benefícios efetivos que a maioria da população de Melgaço poderá colher em contrapartida. Em primeiro lugar, é essencial que reflitamos sobre os critérios objetivos utilizados para justificar esta subsídioção. Quais são os objetivos específicos que a Melsport se compromete a alcançar com este financiamento do Município? Existe um plano claro e mensurável que nos permita avaliar a eficácia deste investimento? Existe um plano de Negócios quantificado e objetivo plurianual? É imprescindível que tenhamos respostas concretas e fundamentadas para garantir que o dinheiro dos nossos munícipes está a ser utilizado da melhor forma possível. Além disso, devemos considerar as prioridades do nosso Município. Num momento em que enfrentamos

desafios financeiros e onde muitos setores necessitam de apoio, será que esta subsídio à Melsport é a melhor utilização dos recursos públicos? Outro ponto que merece atenção é a sustentabilidade deste modelo de financiamento. Se já estamos a subsidiar a Melsport há quase vinte anos e atualmente com um valor tão elevado, como garantir que no futuro não seremos confrontados com pedidos ainda mais altos? É crucial que estabeleçamos limites claros e que a Melsport se comprometa a desenvolver estratégias que a tornem financeiramente sustentável a longo prazo, reduzindo a dependência de financiamento do Município. Por fim, é importante destacar a necessidade de transparência no orçamento da empresa e prestação de contas. No Orçamento da empresa do lado das receitas consta uma rubrica com menção de Outras receitas no valor de 418 mil euros, pergunto: a que se refere esta receita? É exequível? Se não for, o Município assume? O Município deve garantir que haja um acompanhamento rigoroso da execução deste contrato programa, com relatórios periódicos que permitam avaliar a aplicação dos fundos e os resultados alcançados. Os cidadãos de Melgaço têm o direito de saber como o seu dinheiro está a ser gerido e quais os frutos desse investimento. Em conclusão, a subsídio quase milionária à Melsport é uma questão que exige uma análise profunda e responsável. Estou convicto de que todos nós, enquanto representantes do povo, devemos zelar pelo bem-estar da nossa comunidade, assegurando que cada euro investido se traduza em benefícios reais e duradouros para todos. É uma pena que a Melsport tenha uns equipamentos excecionais e uma gestão muito aquém do mínimo exigível tomando-se num buraco sem fundo. Peço, portanto, que esta Assembleia Municipal faça uma reflexão cuidadosa sobre estas questões. O futuro de Melgaço depende das escolhas que fazemos hoje, e é nossa responsabilidade garantir que essas escolhas são informadas e alinhadas com os interesses da nossa comunidade em geral”.

O senhor Presidente da Câmara falou sobre as questões colocadas pelo deputado José Albano Domingues relativamente ao facto de trazerem à Assembleia o contrato programa, depois de ele ter passado pela Câmara Municipal, e relativamente ao facto de apresentarem na Assembleia o contrato de arrendamento. Relativamente ao contrato de arrendamento, é entender legal que não tem que ser apresentado na Assembleia, inclusive, disse, que o deputado Reis de Lima, no ano anterior, dizia a todos que não fazia sentido aprová-lo no órgão deliberativo. E, feita uma análise dos dispositivos legais, acharam que era correto e, portanto, foi aprovado



em reunião de Câmara e não trazido à Assembleia. Relativamente ao contrato programa, foi apresentado em Assembleia, não sem antes ser aprovado pelo órgão executivo, e o órgão executivo é que o envia para o órgão deliberativo para aprovação.

Sobre as questões do financiamento da Melsport, disse que o orçamento desse ano tinha um incremento extraordinário, porque estavam perante a realização do Campeonato da Europa de Mountain Bike que irá custar cerca de quatrocentos mil euros. Para que aconteça esse evento, terão a entrada de receitas extraordinárias, porque não se pode, só com o dinheiro do erário público, fazer frente àquilo que será a despesa desse evento mediático. Portanto, é preciso ler os números, tendo a noção da excecionalidade da situação para dois mil e vinte e cinco. Mas quanto à importância ou não da Melsport, é uma discussão de décadas nesta Assembleia. A Melsport é um peso para o município, por aquilo que custa, mas tem uma qualidade que é estruturante para o território. Sem a Melsport, não haveria uma Escola Superior de Desporto e Lazer, com a importância que isso representa para o território, não só do ponto de vista económico. Sem Melsport, não haveria capacidade de dar resposta às necessidades das associações do concelho e da população. Não é só o ginásio, o pavilhão, são também as piscinas municipais, que funcionam durante todo o ano, e que dão um serviço extraordinário a toda a população de Melgaço e arredores, e ainda, as piscinas abertas no verão. Todo um conjunto de instrumentos de apoio à população. Os eventos trazidos à terra, durante todo o ano, nas várias áreas do desporto, mexem com a economia do território: hotelaria, restauração, empresas de animação. Tem de se fazer essa conta, e essa conta tem um saldo positivo para o território. Como se vai pagar essa despesa? Tem de haver algum contributo da parte do município, sem dúvida alguma, senão não há esta capacidade de atração para o território, esta capacidade de gerar economia. A Melsport é fundamental e tomaram outros municípios ter os equipamentos que a empresa gere ao longo do ano. Será uma discussão de sempre, para sempre, e vão chegar sempre às mesmas conclusões, que são: do lado do município, acham que faz sentido ter uma Melsport a trabalhar e é importante que ela seja cada vez mais rentável, a verdade é que tem sido porque a afluência aos seus equipamentos tem feito aumentar a sua faturação, mas não é suficiente para por cobro à sua despesa, e, sem dúvidas nenhuma, o Presidente afirmou que os senhores deputados do lado da oposição, no fundo, também consideram que ela é um elemento importante para o território. O trabalho da

Melsport é importante, deve continuar a existir e fazem -se os possíveis para que seja capaz de gerar a faturação possível para fazer frente às suas despesas.

Em resposta às explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara neste ponto, no sentido de que não haviam trazido o contrato de arrendamento à Assembleia porque, no seguimento da intervenção e chamada de atenção feita pelo deputado do PSD, Francisco Reis Lima, na reunião do ano anterior, haviam refletido melhor e concluído que tal não seria obrigatório. O deputado José Albano disse ficar muito satisfeito por saber que o Executivo seguia as recomendações dos deputados da bancada do Partido Social Democrata, mas que pela razão de não ter retido o dispositivo legal em que se basearam para não trazer o contrato de arrendamento à Assembleia agradeceu ao senhor presidente da Câmara que lho apontasse. Referiu, ainda, que sendo assim a informação que lhe era apresentada na introdução a este assunto, a justificar a delegação de competências na pessoa do presidente da Câmara, delegação essa que só poderia ser da parte da Câmara e não da Assembleia, não fazia qualquer sentido que constasse ali. Relembrou, finalmente, que nenhuma resposta lhe fora dada quanto à questão posta, do porquê de se ter submetido a deliberação da câmara o submeter-se o contrato-programa a celebrar com a Melsport a deliberação da Assembleia, quando tal se mostrava obrigatório.

O deputado Manuel Rodrigues solicitou novamente do uso da palavra para dizer que o que colocou em causa na sua intervenção era a forma de gestão da Melsport. De há três anos a esta parte que o senhor deputado pede na Assembleia o plano de negócios da referida empresa desportiva: o planeamento a médio prazo e os objetivos. Entende que a Melsport vai ter que ser sempre subsidiada pelo município, mas a seu ver, não em um milhão de euros, pois devia haver esforço sem estar sempre há espera dos subsídios do município. O deputado terminou a sua intervenção pedindo os resultados desse retorno.

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado dizendo que não tinha esses resultados de retorno. E deu como explicação a realização da próxima da Festa do Alvarinho. Nesse evento não era possível quantificar o volume de negócio da restauração e do alojamento local. Continuando o seu raciocínio, o Presidente reiterou que não havia dados concretos para esses eventos, mas havia planos de negócios que faziam parte da administração da Melsport. Não será a faturação que



vai resolver a Melsport, mas sim todas as atividades realizadas que se fazem no concelho com sucesso.

O senhor deputado Manuel Rodrigues reiterou o pedido, ao senhor Presidente, do Plano de Negócios da referida empresa.

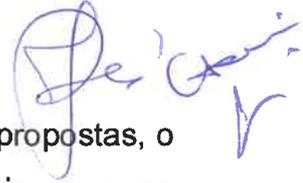
Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria com oito abstenções do grupo do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

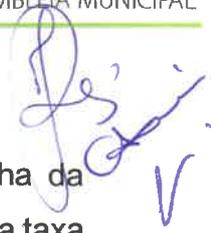
<b>Assunto n.º8</b>	<b>Análise e Deliberação da Proposta de contrair empréstimo a curto prazo para o ano de 2025</b>
-------------------------	--

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto. O senhor Presidente da Câmara afirmou que todos os anos vinha à Assembleia a proposta de contrair empréstimo, necessário para a gestão de tesouraria da Câmara Municipal. Este ano contam com um conjunto enorme de trabalhos e investimento, pelo que fazia sentido este empréstimo.

No particular assunto em análise, da proposta de contrair um empréstimo de curto prazo, o deputado José Albano começou por alertar que a “informação interna” que lhe era distribuída apresentava como “Assunto” a “Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo para 2025”. Afirmou ser do seu conhecimento que na última reunião do Executivo, da passada quarta-feira (dia 11/12/2024), do “Assunto” 365 constava a “aprovação do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2025...”. Referiu que essa mesma aprovação, do procedimento, havia já ocorrido na reunião do Executivo do dia 13/11/2024, no “Assunto” nº 331. Lembrou que “procedimento” é, por definição, o conjunto dos atos que enformam o processo, desde o seu início e até à decisão final, incluindo, neste caso, o estabelecimento dos parâmetros da contratação e das



propostas, os convites endereçados, a apresentação e apreciação das propostas, o relatório de análise e o relatório final. Sublinhou que o que na assembleia em curso se pretendia deliberar, como resultava (e bem) da ordem de trabalhos, é a deliberação da proposta de contrair o empréstimo, ou, por outras palavras, a deliberação da contratação propriamente dita (e não da aprovação do procedimento). Realçou que o problema reside em que para que esta deliberação, na assembleia, pudesse ser tomada teria que ter ocorrido, previamente, a aprovação da contratação ou contratação do empréstimo na reunião camarária, o que não havia ocorrido, razão pela qual se entendia que este assunto não poderia ser tratado nem votado na assembleia em curso, por impedimento legal, antes devendo ser retirado da ordem de trabalhos. Prosseguiu dizendo que se tal proposta não viesse a ser aceite, pretendiam que ficasse a constar da Ata que esse assunto seria pelos deputados da sua bancada discutido e votado sob reserva. Feito esse alerta, o senhor deputado referiu ser conhecido o posicionamento político da sua bancada em matéria de contratação de empréstimos de curto prazo. Disse terem noção de que a existência de um bom fundo de maneiio ou fundo de caixa se mostra importante para fazer face aos compromissos de ordem financeira do Município, razão pela qual não tem votado contra a contratação, e que a discordância é antes em função das justificações que vêm sendo apresentadas para fundamentar a contratação, e que, a seu ver, não refletem a realidade, dando como exemplo o argumento que vinha sendo apresentado em anos anteriores, da sazonalidade da receita, quer da fiscal quer das rendas das eólicas, quando certo é que os tempos da sua cobrança e recebimento estão prévia e temporalmente delimitados. Lembrou que nas justificações apresentadas é desta vez apontada a razão da “estabilização dos saldos do orçamento de tesouraria para 2025, especialmente afetado nos períodos em que se prevê a execução de projetos financiados por fundos comunitários”, concordando que este argumento sim, de facto, já colhe. Referiu estranhar que das cinco instituições de crédito a quem foi endereçado o convite para a apresentação de propostas duas delas não o tenham feito, e numa conjuntura em que existe imensa liquidez na banca, e uma outra nota para se congratular, na perspetiva da defesa dos interesses do Município, por ter havido uma proposta, concretamente a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, com uma taxa variável, indexada à Euribor, com um *spread* de 0,00%, e sem cobrança de comissões, o que apenas vinha confirmar o que anteriormente havia dito acerca da abundância



de liquidez. A finalizar a sua intervenção referiu concordarem com a escolha da instituição bancária CCAM como a vencedora, assim como com a opção por uma taxa com a periodicidade da indexante a 12 meses, tendo presente a já afirmada tendência de descida das taxas de juro, lembrando que ainda nessa semana, há dois dias atrás, o BCE cortara as taxas de juro em 25 pontos base, redução que já vinha do mês de junho de 2024, de forma a impulsionar a economia, e estabilizada que estava, não obstante alguma recente flutuação, a inflação, um pouco acima dos 2%.

O deputado Manuel Luís Gonçalves iniciou a sua intervenção dizendo que relativamente à questão levantada pelo deputado José Albano sobre o procedimento, não tendo presente a ordem do dia, disse achar que não havia nenhuma irregularidade porque o procedimento teria sido deliberado pelo órgão competente e está junto com a documentação que foi enviada aos senhores deputados, inclusivamente com as propostas que foram apresentadas pelas diversas entidades bancárias. Há um relatório de análise e uma proposta de decisão, e é essa proposta que se apresenta, a proposta de contração de um empréstimo. O senhor deputado referiu não estar a ver qual o erro procedimental, mas se assim fosse, o deputado José Albano identificaria o erro melhor. Quanto ao tema deste ponto ele é recorrente, e, obviamente, uma decisão de gestão. Não era apresentado anualmente apenas por iniciativa da Câmara, é preciso ter consciência que é um procedimento que é uma consagração legal, e bem definida, e com um objetivo, que é gerir de forma eficiente e ágil, os fundos financeiros. A boa ou má decisão de gestão tem a ver com a utilização que se vai dar a esses fundos a partir do momento que são utilizados. Mas isso seria outra questão, referiu o deputado, porque em termos de boa decisão de gestão não podia haver dúvidas. Trata-se de um financiamento a curto e médio prazo, que deve ser obrigatoriamente amortizado no final do ano, para fazer face a despesas inesperadas, atrasos nas transferências das verbas do Estado, que podem ser acomodados sem prejudicar o cumprimento dos compromissos financeiros. Se esse financiamento para acomodar essas realidades permitir evitar atrasos a pagamentos a fornecedores, então é bom porque evita o custo com juros de mora, atualmente na ordem dos doze por cento. A obrigatoriedade da amortização integral dentro do mesmo exercício económico impede o acumular de dívidas a médio e longo prazo, garante a continuidade dos serviços públicos e o avanço dos projetos estruturantes, mesmo perante constrangimentos temporários, e o melhor de tudo são as condições



de financiamento: Euribor a doze meses, com spread a zero por cento, só demonstra a credibilidade da gestão das contas do Município perante a banca. Na prática significa risco zero do município perante os credores. Por isso acha evidente que esse recurso não é de endividamento descontrolado, é uma ferramenta das contas do município que naturalmente tem de ser bem gerido.

O Presidente da Câmara voltou a tomar da palavra para dizer que não podia aceitar a questão colocada pelo deputado José Albano relativamente ao facto de não terem realmente votado a contratação desse empréstimo na última reunião de câmara. Foi isso que fizeram, a votação teve o resultado que teve, presente na ata da própria reunião de Câmara, e, perante essa votação dessa contratação foi apresentada à Assembleia. Justificar a necessidade da contratação, não valia a pena, pois já fora amplamente justificada nos anos anteriores e também com a intervenção feita pelo deputado Manuel Luís Gonçalves. Disse ainda que era normal que as instituições como a Câmara Municipal e todas as outras Câmaras Municipais, precisarem desse apoio financeiro para a sua gestão corrente ao longo do ano.

No seguimento da resposta do senhor Presidente da Câmara neste ponto, o deputado José Albano afirmou estar certo do que havia afirmado, que este se afigurava um particular exemplo de como as palavras, pontos e vírgulas podem fazer toda a diferença, e que bastaria que no assunto 365 da última reunião da câmara municipal, na redação que lhe foi dada, e que motivou a deliberação, não tivesse ficado a constar o termo “procedimento”, sendo que a aprovação seria, nesse caso, a da contratação do empréstimo (e não do “procedimento”), e que para atestar o que acabava de afirmar, percebendo a diferença, bastaria atentar, e comparar, a redação que foi dada a esse assunto “365” da última reunião da câmara com a que foi dada ao assunto “8.” da ordem de trabalhos da assembleia municipal em curso.

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria com oito abstenções do grupo do PSD, com apresentação de declaração de voto do Partido Socialista.

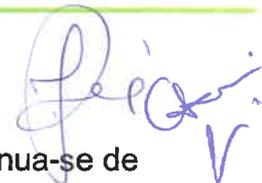
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



<b>Assunto</b> n.º9	<b>Análise e Deliberação da Proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025</b>
------------------------	--

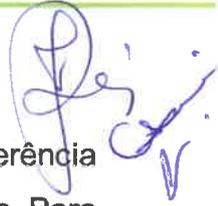
A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto. O senhor Presidente da Câmara apresentou em powerpoint o décimo segundo, e último, orçamento enquanto Presidente da Autarquia.

Tendo pedido o uso da palavra quanto a este ponto, e sendo-lhe pela Mesa concedido, o deputado Pedro Silva referiu que ano após ano, como referiu o Presidente, têm tido o maior orçamento sempre, os últimos anos têm sido uma constante, e quem lida com essas coisas dos números sabia, e a doutora Sandra Pires poderia explicar, que um dos princípios fundamentais na contabilidade, é o princípio da prudência, que diz que toda a informação contabilística designadamente a constante dos mapas-tipo (entre eles o orçamento), tem que ser correta, completa e rigorosa, de forma a ser analisada e interpretada devidamente tanto pela própria, como por outras entidades, quer seja o Estado, investidores, financiadores. E, mais concretamente, que era importante que a informação contabilística determinasse a obtenção de uma imagem verdadeira, da situação financeira e dos resultados das operações de todas as entidades, quer públicas quer privadas. O princípio da prudência, quando aplicado à elaboração de um orçamento, determina e sugere uma abordagem conservadora e cautelosa, nas receitas e nas despesas. Tudo o contrário do que é trazido por este executivo, ano após ano. Todos os anos temos o maior orçamento de sempre, e no ano seguinte temos uma execução amorfa e longe do projetado. Todos os anos, nesta altura se vota na Assembleia e mais do que aprovar um orçamento, assiste-se a um ato de fé, porque querem acreditar que, no ano seguinte, aquilo que está projetado vai acontecer. Mas não é só a bancada do PSD que diz isso, é por exemplo a DGAL, que em vinte e oito de novembro, emitiu um alerta precoce ao abrigo do artigo 56 da Lei 73/2013. Nessa data, o executivo foi notificado que a execução da receita ordinária nos exercícios de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, ficou abaixo do inscrito da lei que é um limite de oitenta e cinco por cento, limite esse inscrito na lei. Se a violação desse limite continuar a ser recorrente, pode, em último caso, levar a nova intervenção por parte da DGAL impondo uma espécie de Troika ao município. Com essa informação prevê-se para



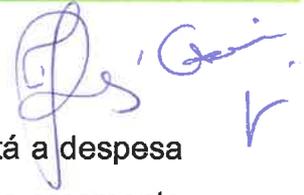
dois mil e vinte e cinco, novamente, um maior orçamento de sempre. Continua-se de forma recorrente a sobrestimar receita e despesas, não tendo em conta a prudência que este ato deveria ter na sua elaboração. Há agora um orçamento de trinta e sete milhões e duzentos mil euros, e amanhã vai-se encontrar nas redes sociais, em letras garrafais, Melgaço apresenta o maior orçamento de sempre! Desde dois mil e dezanove, o orçamento aumentou para o dobro. Passou de dezoito milhões para mais de trinta e sete milhões. E o senhor deputado levantou a questão: onde é que isso se refletiu em termos de desenvolvimento e melhoramento das condições de vida dos munícipes? Deixou o exemplo de que, em seis anos, a aquisição de bens e serviços passou de 4,5 milhões para 9,4 milhões. O que se prevê nesse orçamento para 2025 são muitas festas, investimento em saneamento, água e rede viária. Mas não tem investimento para promover Melgaço como destino empresarial, temos uma zona industrial já inaugurada, para agora estar vazia de empresas, e não tem uma estratégia para o futuro de Melgaço. Por fim, no meio de todos esses números, há uma verba estimada para a Festa do Espumante, inscrito no orçamento, que ultrapassa os quatrocentos mil euros, o que representa um crescimento de mais de cem mil euros, relativamente aos anos anteriores.

Seguidamente a Presidente da Mesa, deu o uso da palavra o senhor deputado Maximiano Gonçalves. Não querendo fazer uma análise detalhada do orçamento, falou das juntas de freguesias e dos seus orçamentos. Os treze presidentes de junta, discutiram amplamente esse orçamento do executivo e, como sempre, ficaram insatisfeitos. Insatisfeitos com os Governos sucessivos, porque não fazem as transferências para as juntas de freguesias e este ano tiveram um aumento de cinco por cento, mas que, como se consegue perceber, é insignificante para tanta coisa que aparece. Qualquer um dos presidentes queria mais para as suas freguesias, mas conseguiram aquilo que era essencial, porque tiveram e têm tido ao longo dos anos, a consciência das necessidades globais do concelho. E, por isso, muitas vezes, abdicam de alguns investimentos que poderiam ser feitos nas suas freguesias, em virtude de verem que há coisas que são essenciais para o concelho, e como tal, também serão boas para as freguesias. Uma das coisas que o Presidente da Junta de Prado e Remoães falou foi da transferência de competências, inclusive serviu-se de um desdobrável, uma notícia, em que as freguesias se queixam, ANAFRE, que as verbas são insuficientes, e principalmente que os municípios continuam a não fazer

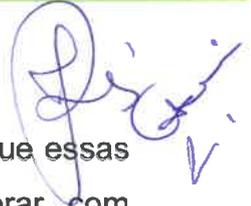


as transferências competências. No caso de Melgaço, têm negociado a transferência de competências ao longo dos anos, este ano até com um significativo aumento. Para todos terem uma ideia, dos trezentos e oito municípios do país, só cento e setenta e quatro têm assinado a transferência de competências com as juntas de freguesia. No distrito de Viana do Castelo, apenas Viana, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Arcos de Valdevez e Melgaço têm transferências de competências. Nos Arcos de Valdevez, com trinta e uma freguesias, o montante global são trezentos e vinte e seis mil euros, em Ponte da Barca, com dezassete freguesias são cento e trinta e oito mil euros, em Ponte de Lima com trinta e nove freguesias são cento e setenta mil euros, em Valença, com onze freguesias são trezentos e cinquenta mil euros, Viana com vinte e sete freguesias são dois milhões de euros, e, Melgaço, com 13 freguesias são trezentos e cinco mil euros. Portanto, por aí, pode-se dizer que, ao contrário de outras freguesias, Melgaço tem a transferência de competências, principalmente na questão da limpeza, com essa verba assegurada e transferida, do orçamento municipal. Ao contrário do que muitos dizem, vão-se apercebendo que o orçamento e o plano de atividades, e as coisas que se vão fazendo no concelho, se refletem nas populações. Os executivos das juntas de freguesia, são os primeiros a ser abordados e as pessoas, neste caso, os fregueses, falam de tudo, e não só das competências que têm, mas desde todas e mais algumas: desde o lixo, ao saneamento, à água, à estrada, aos buracos, à falta de luz, etc., onde vão bater a porta as pessoas é à junta de freguesia. As pessoas apercebem-se de que as coisas estão a evoluir, Melgaço está a evoluir. O senhor deputado em jeito de conclusão, reiterou que as juntas de freguesia foram ouvidas como costume no orçamento, mostraram as suas necessidades, e o executivo foi capaz de, juntamente com elas, albergar algumas dessas necessidades, e por esse motivo estão de acordo com a proposta do orçamento municipal.

O senhor Presidente respondeu às intervenções sobre este ponto da ordem do dia. Sobre a nota da realização do orçamento que o deputado Pedro Silva colocou e bem, o Presidente disse que, desde dois mil e dezasseis, nunca se atingiram os oitenta e cinco por cento de realização orçamental, estão convictos de que isso acontecerá em dois mil e vinte e quatro. As contas a apresentar em abril o dirão. Esclareceu também que os quatrocentos mil euros da Festa do Espumante, são para o que está por pagar da Festa deste ano, e para o investimento do próximo ano. Como a Festa decorreu há pouco tempo ainda não estava paga, e provavelmente ainda



pagarão alguma parte antes do final do ano. Por isso no orçamento está a despesa em duplicado. Não concordou com o senhor Deputado quando diz que o orçamento confirma a despesa em festas, é verdade que algumas há, e são aquelas que têm consagrado ao longo dos anos, e questionou se alguém propõe que se cancele alguma. Mas conseguem-se fazer um conjunto de eventos na área da cultura, na área dos produtos locais, com valores bastante razoáveis. O discurso de que por ser um ano de eleições a despesa vai ser elevada, não é verdade, é exatamente aquela que é necessário fazer todos os anos para que as coisas aconteçam. Dizerem que, não há estratégia do ponto de vista industrial e que não há investimento na área do industrial, é contradizer o orçamento que tem um valor quase astronómico para essa matéria. Há a segunda parte para avançar a Zona Empresarial Nova Geração, primeira do país em construção, o que é absolutamente distintivo para um município como Melgaço. A questão energética, não só na produção de energia como na produção de hidrogénio verde vai ser crucial para as empresas. A aposta das autarquias nas juntas de freguesia que também foi referido pelo deputado Maximiano Gonçalves, e os números que trouxe comparativos em relação à transferência de competências são uma nota clara do que se está a fazer. Um município com a dimensão de Melgaço, tem um valor na área transferência de competências, que os outros municípios maiores que Melgaço não têm. A aposta no trabalho de requalificação de rede viária também é importante, assim como é a área da saúde. Apesar de ser o último mandato, e logo, o último orçamento do Presidente, fica feliz por saber que o Centro de Saúde terá um investimento na ordem dos dois milhões de euros, com reforço de médicos, com um conselho de administração a apostar altamente nos serviços descentralizados e nas consultas de proximidade. Um conjunto de intervenções na área do património, estão acauteladas, será inaugurada a terceira fase de intervenção da igreja das Carvalhiças. Há uns anos era uma igreja com alguma decadência e que, depois dessa intervenção ficou uma igreja altamente qualificada. Também outros edifícios foram intervencionados, mas a igreja de Paderne, de forma especial. Foi alvo de uma grande intervenção, numa primeira fase, no seu exterior. Um património do Estado, mas que teve a Câmara que pôr os pés ao caminho para que acontecesse. Passarão à próxima fase de reabilitação interior, para que seja uma igreja de referência do ponto de vista do património nacional. Ao nível social, está a ser feito um bom trabalho em todo o município, embora sejam as



organizações a fazê-lo, o apoio da câmara esteve sempre presente para que essas organizações tivessem as condições de investimento e possam operar com equipamentos completamente renovados e de qualidade. O Presidente continuou dizendo que fica feliz também na área do desporto/educação com as candidaturas que se estão a fazer. As apostas são as corretas. O futuro dirá, sobre o que se está a fazer hoje e o seu reflexo nas próximas décadas, concluiu o Presidente.

O deputado José Albano Domingues interveio para perguntar ao senhor Presidente o que aconteceu ao dinheiro que estava orçamentado para dois mil e vinte e quatro, para pagar a Festa do Espumante.

Sobre esse dinheiro orçamentado para a Festa, o senhor Presidente respondeu que não desapareceu do orçamento, ele foi essencial para que se realizasse toda a contratualização da festa, só ainda não foi pago. Uma parte desse pagamento será feito até ao final do ano, o que não é feito, transita para o ano seguinte.

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 8 votos contra, do grupo parlamentar do PSD, com declaração de voto do Partido Socialista.

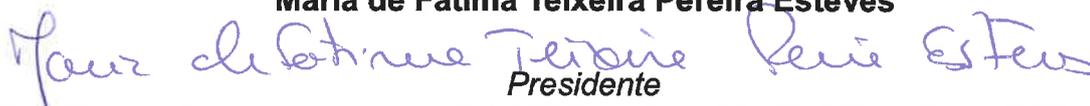
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º10</b>	<b>Intervenção do Público</b>
--------------------------	-------------------------------

Não havendo intervenção do público, o Senhor Presidente, assim como a Senhora Presidente da Mesa, endereçaram votos de Umaz Festas Felizes a todos os presentes e respetivas famílias.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e quinze minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

  
*Presidente*

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

  
1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia

**António Nabeiro**

  
2.<sup>o</sup> Secretário da Mesa da Assembleia



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 5 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2024:  
“Análise e deliberação da proposta de majoração da taxa a aplicar aos prédios  
urbanos degradados para o ano de 2024”**

\*\*\*\*\*

O património edificado do concelho de Melgaço desempenha um papel essencial na nossa identidade, qualidade de vida e desenvolvimento económico. A degradação dos edifícios tem impactos negativos evidentes, desde riscos para a segurança e salubridade até à desvalorização dos espaços urbanos.

Como representantes da nossa população, temos o dever e a responsabilidade de adotar medidas que incentivem a requalificação do património e a boa gestão dos imóveis. É por isso que a majoração da taxa de IMI para os prédios degradados constitui um mecanismo eficaz para estimular a reabilitação urbana, incentivando os proprietários a investirem na recuperação dos seus imóveis.

Esta medida não é apenas um instrumento de natureza fiscal, mas também um sinal político claro de que a inatividade e o abandono dos edifícios devem ser desencorajados em prol do bem comum.

Do ponto de vista da segurança e do bem-estar coletivo, a existência de edifícios degradados representa um perigo para os seus ocupantes e para a comunidade em geral, sendo muitas vezes foco de instabilidade urbana. Pelo que, a adoção desta majoração é também uma forma de promover a segurança e a qualidade de vida da população.

Por outro lado, a requalificação do património edificado é uma estratégia essencial para dinamizar a economia local e potenciar o turismo. Sendo Melgaço um território com elevado valor turístico, é fundamental garantir que o património edificado se encontra valorizado e atrativo para turistas e investidores.

Importa ainda salientar que esta medida responde a um critério de justiça fiscal, pois garante que os proprietários que mantêm os seus imóveis em boas condições não sejam prejudicados em relação aos que deixam os seus edifícios ao abandono. Assim, com a implementação desta medida promovemos uma distribuição mais equitativa do esforço fiscal, responsabilizando aqueles que não cumprem com o dever de conservação dos seus imóveis.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Os dados municipais demonstram que a aplicação da majoração do IMI tem produzido efeitos positivos, com vários edifícios recuperados e transferências de propriedade que indiciam intenções de requalificação. Por isso, aliada às medidas de isenção de IMI para prédios recuperados previstas no PDSS, esta política cria um equilíbrio entre penalização e incentivo, beneficiando tanto os cidadãos como o município no seu conjunto.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a majoração da taxa de IMI para prédios degradados, por entender que esta é uma medida justa, necessária e benéfica para o desenvolvimento sustentável de Melgaço.

Melgaço, 14 de dezembro de 2024

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 06 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2024: “Análise e deliberação da Proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2025”**

\*\*\*\*\*

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, porque com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2025, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população.

Os resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

Melgaço, 15 de Dezembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 08 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2024: “Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2025”**

\*\*\*\*\*

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada, no sentido de contrair um empréstimo de curto prazo, no montante de 750.000,00 euros, dado tratar-se de um mecanismo, previsto na Lei, que visa lidar com os constrangimentos de tesouraria.

O Regime financeiro das Autarquias reforçando o carácter de antecipação de receitas, consagra a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do ano económico em que o mesmo empréstimo é contratado.

Mais se atenta que este financiamento de curto prazo não será relevante para o stock da dívida no final do ano

Melgaço, 15 de Dezembro de 2024

Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 09 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2024: “Análise e deliberação da proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025”**

\*\*\*\*\*

É gratificante para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista verificar que o Plano e Orçamento, apresentado nesta Assembleia Municipal, vêm de encontro às grandes linhas de atuação enunciadas pela maioria socialista seguindo, assim, uma tónica de verdade e seriedade que tem sido “marca” dos socialistas Melgacenses.

**O Plano e Orçamento para 2025, no montante de cerca de 37 milhões e duzentos mil euros, alicerçado numa carteira de obras e projetos concretos e dinamizadores, demonstram o trabalho responsável e dinâmico da autarquia.**

Trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela formação/educação e pelo desporto, abrangendo, também, áreas tão importantes como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria da rede viária, a gestão florestal e não esquecendo a política social e a saúde, que continuam a ser uma das grandes prioridades da autarquia.

Destacamos, também, o reforço de verbas para as Freguesias, o que reforça a intenção do executivo em continuar a trabalhar, numa estreita parceria, com as Juntas de Freguesia, parceria essa que tem, ao longo dos anos, trazido desenvolvimento a todo o concelho.

**Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.**

Melgaço, 15 de Dezembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “5” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 14/12/2024**

**(“Análise e deliberação da proposta de majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2024”)**

Melgaço é um território que se encontra grandemente despovoado, envelhecido, e em que muitas das suas aldeias, particularmente as situadas na montanha e zonas mais serranas e recônditas permanecem imersas num estado de quase abandono e isolamento social.

Aliadamente às conhecidas limitações nos acessos e nos transportes, à desertificação, ao continuado êxodo dos mais jovens para as cidades e o estrangeiro, à falta de dinâmicas empresariais e comerciais, assistimos a um crescente estado de desânimo, de falta de confiança e de descrença no futuro do concelho, levando a que as pessoas optem por comprar, construir e procurar casa fora de Melgaço, seja para habitação própria e permanente, seja para habitação secundária, seja mesmo para colocação no mercado de arrendamento, o que urge combater.

Esse combate passa, necessariamente, pela criação de medidas, de apoios, e de estímulos, efetivos, à fixação das pessoas, ao investimento e à regeneração urbana.

Ao invés disso o Executivo do Partido Socialista que governa a Câmara de Melgaço há quarenta e dois anos a esta parte tem optado pela majoração da taxa do imposto municipal sobre imóveis, até ao máximo, de 30%, previsto na lei para os prédios urbanos degradados ou em situação de ruína.

O argumento de que tais prédios fazem perigar a segurança é falacioso, não se tendo conhecimentos de situações concretas que o evidenciem, para além de existirem mecanismos, mormente de ordem legal, que possibilitam obstar, preventivamente, a que tal ocorra.

Esta medida, fiscalmente penalizadora, contraproducente, verdadeiramente castrante, cega e potencialmente injusta, tem conduzido exatamente ao contrário daquilo que com a sua aplicação se pretendia, e que era fomentar e pressionar os proprietários à reabilitação urbana ou requalificação dos imóveis.

A lista dos prédios degradados não pára de crescer, atinge, na atualidade, já cerca de quatrocentas construções, e o Município de Melgaço também dela consta, e agora com dois imóveis, um situado na freguesia de Paderne e o outro no núcleo urbano da União das Freguesias da Vila e Roussas.

O nosso posicionamento político nesta matéria vai, claramente, no sentido de que se aproveitem os financiamentos e apoios existentes no âmbito do 1º Direito e da Estratégia Local de Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência, e dos protocolos com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), de que se chamem os proprietários para o processo, e de que, conjuntamente com eles, conjugada ou articuladamente, se pactue e promova a reabilitação destes edifícios com custos apoiados ou subsidiados.

O nosso sentido de voto no que respeita à proposta majoração só poderia ser, pois, e em função do exposto, contra.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “6” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
14/12/2024

(“Análise e deliberação da proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para  
2025”)

Os três principais pilares do desenvolvimento sustentável são o social, o económico e o ambiental.

O grande passo na divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável surge com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 1992, também denominada “Cimeira da Terra”, que contou com a participação de mais de uma centena e meia de Nações. A partir desse momento o Desenvolvimento Sustentável aparece como um princípio central nas políticas mundiais. Foi, de resto, um dos documentos chave dessa Cimeira, a Agenda 21, que lançou para cima da mesa, pela primeira vez, a necessidade de se elaborarem estratégias de desenvolvimento sustentável a vários níveis.

Em especial depois da Cimeira do Rio o desenvolvimento sustentável converteu-se num objetivo primordial de política pública, quer ao nível nacional quer ao nível internacional.

A sustentabilidade está relacionada com a medida do bem-estar, especialmente de um ponto de vista de equidade entre gerações.

O desenvolvimento social, por sua vez, apresenta como desígnios (além do mais) a erradicação da pobreza, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis, a promoção do emprego, a integração social, e a proteção e valorização da diversidade étnica, cultural e religiosa.

Passando agora para a vertente local, diremos que os Municípios centram as suas competências em domínios tão vastos como sejam os equipamentos rurais e urbanos, o saneamento básico, a energia, os transportes e comunicações, a educação e ensino, a cultura, tempos livres e desporto, a saúde, e o planeamento e gestão territorial.

Perante esta enumeração, não exaustiva, das competências próprias dos Municípios podemos constatar facilmente os impactos aos níveis social, económico e ambiental destas instituições da administração local sobre as

comunidades residentes nas áreas geográficas sob a sua administração, bem como da importância que têm necessariamente de assumir na prossecução de um desenvolvimento sustentável.

As Autarquias locais desempenham, pois, um papel fulcral na implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável e solidário.

O Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável apresentado pelo Executivo PS para o concelho de Melgaço e para o ano de 2025 constitui uma cópia do de anos anteriores, e os números que nele são elencados atestam que o Executivo tem falhado clamorosamente a este nível. Tais números demonstram, por outro lado, que quem nos governa também não tem sabido ler tais números e ousado redirecionar, alterar e acrescentar o que necessário for em ordem a atacar de frente os problemas e as carências da população, encontrando alternativas efetivas e válidas para a promoção do bem-estar e a satisfação das necessidades dos Melgacenses.

Vivemos, na verdade, atualmente, uma conjuntura extremamente difícil para os cidadãos e as famílias, particularmente os mais carenciados, os vulneráveis e os marginalizados.

Por essa razão, nos tempos que correm é imperioso ter políticas, aos níveis económico e social, desafiantes, que protejam, de forma efetiva, os menos bafejados económica e socialmente, que combatam processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país, assim como as graves desigualdades sociais, e que potenciem um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo.

Precisamos, pois, mais do que nunca, de um Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que constitua uma âncora e um refúgio para todos aqueles que se encontram numa situação social e económica mais desfavorecida ou fragilizada.

A globalidade dos números que nos são apresentados no PDSS, num quadro que já vem desde o ano de 2008, revelam um decréscimo do número de apoios e uma insignificância do respetivo valor, com apoios de montante perfeitamente residual e que mais expressão foram perdendo em função das altas taxas de inflação registadas nos últimos anos, e também porque nem sequer, em função dessa mesma inflação, foram sendo atualizados.

Não admira, pois, que não se consiga reverter a grave e crescente tendência de envelhecimento e perda populacional, a falta do seu rejuvenescimento, e a dificuldade para atrair investimento e criar emprego.

O PDSS para 2025 contempla alguns apoios que reputamos por importantes, embora de valor inexpressivo, mas não acolhe os contributos e as propostas dos eleitos locais pelo PPD/PSD, não apresenta medidas de carater inovador, diferenciador e verdadeiramente impactante na carteira dos Melgacenses, não indo de encontro ao nosso posicionamento no que concerne aos impostos de IMI e IRS, pelo que o nosso sentido de voto passa, nesta concreta matéria, pela abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “9” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
14/12/2024**

**(“Análise e deliberação da proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025”)**

Mais um ano em que o Executivo Socialista apresenta, como já vem sendo useiro e vezeiro, o Orçamento para Melgaço como “o maior orçamento de sempre”!!!

Quem lida com estas coisas e estudou contabilidade sabe que um dos sete princípios fundamentais da contabilidade é o Princípio da Prudência.

E o que nos diz este Princípio?

Diz-nos que a informação contabilística, designadamente a constante dos principais mapas-tipo (entre eles o orçamento), tem de ser correta, completa e rigorosa, de forma a ser analisada e interpretada devidamente, tanto pela própria entidade como por outras entidades que nela depositem interesse (o Estado, os investidores, os financiadores, etc...). Mais concretamente, é importante que a informação contabilística permita a obtenção de uma imagem verdadeira da situação financeira e do Município de Melgaço.

O Princípio da Prudência, quando aplicado à elaboração de um orçamento, sugere uma abordagem conservadora e cautelosa nas estimativas, quer das receitas quer das despesas.

Tudo o contrário do que nos é trazido por este Executivo do partido Socialista.

Todos os anos temos o maior orçamento de sempre. E no ano seguinte temos uma execução amorfa e longe do projetado.

Todos os anos, nesta altura do ano, juntamo-nos na Assembleia Municipal para assistirmos a um ato de fé, e não à aprovação de um verdadeiro orçamento.

Todos os anos se aprova na Assembleia algo que de antemão se sabe que não irá ser executado ou cumprido, que na sua maioria não vai acontecer.

E não somos só nós que o dizemos, pois também o diz, por exemplo, a Direção Geral das Autarquias Locais, que ainda este ano, a 28 de novembro último, emitiu um alerta precoce ao abrigo do disposto no artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Efetivamente, a 28 de novembro de 2024 o Executivo PS foi notificado de que a execução da Receita Ordinária nos exercícios de 2022 e de 2023 ficou abaixo dos 85%, limite este inscrito na lei.

Se a violação deste limite continuar a ser recorrente, pode, em último caso, levar a nova intervenção por parte da DGAL dada a degradação das contas do Município, e pode esta entidade impor uma espécie de troika controladora da execução orçamental.

Ora bem, e mesmo com este cenário o que acontece com o orçamento para o ano de 2025?

Continua-se a sobrestimar receitas e despesa, não tendo em conta a prudência que este ato deveria ter na sua elaboração.

Temos agora um orçamento de 37 milhões e 200 mil euros, que servirá apenas para amanhã encontrarmos em letras garrafais nas redes sociais “Melgaço apresenta o maior orçamento de sempre...”.

Desde 2019 que o orçamento municipal aumentou para o dobro. Passou de 18 milhões em 2019 para mais de 37 milhões em 2025. Mas onde se refletiu isso em termos de desenvolvimento ou melhoria das condições de vida dos nossos munícipes Melgacenses?

Deixamos alguns números e exemplos:

- Em 6 anos a aquisição de bens e serviços passou de 4,5 milhões de euros para 9,4 milhões;
- Os juros suportados pelo Município anualmente passaram de 174 mil euros para mais 400 mil euros;
- A Despesa de Capital aumentou, é certo, mas ano após ano a sua execução raramente ultrapassa os 50%.

Continuamos a ter um crescimento constante da Despesa Corrente e Fixa, que aumenta ano após ano, e que vai hipotecar as gerações futuras, limitando a capacidade de ter disponíveis verbas para fazer face aos investimentos estruturantes de que o concelho tanto necessita e necessitará.

Em suma, este Executivo deixa há 12 anos a sua marca – Orçamentos Irrealistas e Execuções Mínimas.

Pelo apresentado o nosso voto só poderia ser contra a aprovação do Orçamento Municipal de Melgaço para o ano 2025.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.